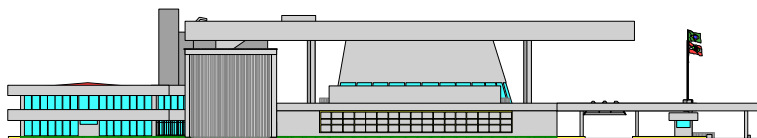


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 14 JULHO DE 2010

NÚMERO 6.190

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2190 EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 023ª Sessão Especial realizada em 12/07/2010, às 19h2 Ata da 067ª Sessão Ordinária realizada em 13/07/20104 Ata da 068ª Sessão Ordinária realizada em 13/07/20106</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa10</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública.....11 Ata de Comissão Permanente.....16 Aviso de Licitação.....17 Ofícios.....17 Portarias.....19 Projetos de Lei.....20</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 023ª SESSÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2010, ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROPOSIÇÃO DEPUTADO JORGINHO MELLO

SUMÁRIO

MARIA TEREZINHA DEBATIM - Discorre sobre a história do Arquivo Público e agradece a homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para que participe conosco fazendo parte da mesa, nesta homenagem que a Assembleia Legislativa faz ao Arquivo Público de Santa Catarina, o sr. Antônio Ubiratan de Alencastro, que é o presidente da Fundação Catarinense de Cultura e que representa o governador Leonel Pavan, neste momento.

(Palmas)

Convido a professora Maria Terezinha Debatim, diretora da Imprensa Oficial e Editora do estado de Santa Catarina.

(Palmas)

Convido o sr. Valdir Sovignio, diretor-geral, neste ato representando a secretaria de Estado da Administração.

(Palmas)

Esta sessão solene foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade entre os demais parlamentares, em homenagem ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, pela passagem do seu cinquentenário.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo Coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta sessão foi solicitada por este deputado para que pudessemos fazer uma homenagem ao Arquivo Público de Santa Catarina, não só pela extraordinária fase em que se encontra, mas pelo seu passado, pelo que representa ao nosso estado.

É muito comum esquecermos muitas coisas importantes da história, registros, atos, história de vida, principalmente no estado de Santa Catarina, um estado vencedor que nos enche de orgulho.

Na ocasião em que combinávamos esta homenagem, eu e a professora Maria Teresinha Debatim pensamos em todos os funcionários do arquivo, nas pessoas que fazem, que dirigem, que trabalham dedicadamente, muitas vezes com dificuldades, com o seu trabalho de cuidar, repor, preservar a história contada, os atos oficiais, enfim, tudo aquilo que passa pelo Arquivo Público de Santa Catarina.

Convido agora o sr. Washington Luis Mignoni, mestre de cerimônias, para que proceda à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina pela passagem dos seus 50 anos de

atividades, instauração e conservação do patrimônio documental, contribuindo para o resgate da cidadania e da história do estado.

Convido o sr. deputado Jorginho Mello para fazer a entrega da homenagem à sra. Maria Terezinha Debatim, neste ato representando o Arquivo Público de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

Dando continuidade às homenagens, o Parlamento catarinense homenageia as personalidades que contribuíram para o resgate da história de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Jorginho Mello para fazer a entrega das homenagens a seguir:

Convido para receber a homenagem a sra. Cleuza Regina Costa Martins.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Neusa Rosane Damiani Nunes.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Ana Maria Soares.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Talita de Almeida Telemberg.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Leda Maria D'Avila da Silva Prazeres.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Nazir Laureano.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Neusa Maria Schmitz.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido a sra. Terezinha Debatim para fazer entrega ao sr. deputado Jorginho Mello, de material produzido na gráfica da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina e edição especial alusiva ao Jubileu de Ouro, com história do Arquivo Público e da loesc. Este material será amanhã entregue em todos os gabinetes dos deputados.

(Procede-se à entrega de material e edição especial alusiva ao Jubileu de Ouro.)

Neste momento teremos apresentação do coral da Assembleia Legislativa com a música *Nos Campos do Mundo*, de José Acácio Santana.

(Procede-se à execução da música *Nos Campos do Mundo*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido para fazer uso da palavra, em nome do Arquivo Público, a sra. Maria Terezinha Debatim, diretora da Imprensa Oficial e Editora do Estado de Santa Catarina.

A SRA. MARIA TERESINHA DEBATIM - Excelentíssimo senhor deputado Jorginho Mello, vice-presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e autor do requerimento que ensejou a presente sessão especial desta noite;

Excelentíssimo senhor Antônio Ubiratan de Alencastro, presidente da Fundação Catarinense de Cultura, aqui representando o sr. excelentíssimo Leonel Pavan, governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Valdir Sovernigo, diretor-geral da secretaria da Administração, neste ato representando também o secretário Paulo Eli que nos manda um abraço de agradecimento por nos receber tão carinhosamente nesta noite de tamanha importância para o Arquivo Público de Santa Catarina.

Quero registrar e agradecer a presença dos funcionários da Imprensa Oficial e da Editora do Estado de Santa Catarina, o Arquivo Público, de seus familiares, dos amigos, dos homenageados e demais autoridades que aqui se fazem presentes.

Se a primeira semente tivesse germinado, na verdade estaríamos nesta noite festejando 92 anos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, porque a primeira tentativa de fundar o Arquivo Público aconteceu no dia 26 de setembro de 1918. A segunda investida, 13 anos depois, em 1931. Não se tem conhecimento do que ocorreu nessa lacuna do tempo, justamente porque o Arquivo não estava presente para guardar a memória que certamente deve ter morrido, sr. deputado e srs. convidados, assim como morre o homem levando toda a sua história e uma história do seu tempo, se não temos constituída, organizada, uma entidade que guarde, preserve, conserve e disponibilize a história desse tempo.

Se pensarmos nessas lacunas até 1960, quando, efetivamente, criou-se o Arquivo Público, tempo contado do qual se festeja 50 anos na noite de hoje, muita coisa deve-se ter perdido da cultura, dos costumes, dos atos políticos e administrativos, da gestão e do jeito de um povo.

Sr. deputado, durante esses 50 anos certamente por um bom tempo alguns dos funcionários aqui presentes vivenciaram histórias que, se lhes fosse permitido, mudariam o enredo.

O Arquivo passou por inúmeros endereços. Ele passou por momentos de total desrespeito, e os funcionários do Arquivo, quase na sua totalidade mulheres... E elas têm a sensibilidade multiplicada por mil, e quando falam do Arquivo emocionam-se.

Quando cheguei, deputado, pelas suas mãos, como diretora da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, a primeira coisa que ouvi dos funcionários do Arquivo foi choro. Que bom se pudessemos falar apenas no pretérito bem longinquo, em que o Arquivo não mereceu a sua devida atenção e o seu devido reconhecimento. Mas falamos de um pretérito futuro, falamos de um momento, e que ainda está muito vivo na alma e no pensamento dos funcionários, em que o Arquivo, num determinado dia, ficou sem casa, sem identidade, mas não ficou sem guerreiros que lutassem para que ele tivesse de novo respeito, dignidade, zelo e identidade.

O sr. Adalberto Ribeiro da Silva, gerente do Arquivo, e todas as funcionárias,

e permitem-me não nominá-las pelo tempo, procuravam-me constantemente na luta para que o Arquivo de novo pudesse encontrar amparo. E era por isso, sr. deputado, que eu vinha com tanta frequência ao seu gabinete e trazia o choro desse pessoal.

É por isso que é tão importante a noite de hoje, e que ela tenha vindo pelas suas mãos. Eu sei por que ela veio pelas suas mãos: é que o Arquivo está muito vivo na sua memória, pelos nossos pedidos.

E naquele momento em que eu assumia a diretoria da Imprensa Oficial, eu dizia aos funcionários que iria ficar um ano sem olhar para o Arquivo. E elas ficavam enlouquecidas comigo. Eu lhes dizia - e a Imprensa Oficial abrigava, naquele momento, o Arquivo Público que foi absorvido pela secretaria de Administração e deixou de ser uma diretoria para ser uma gerência -: é preciso fazer com que o Arquivo gerador de recursos, num primeiro momento, pudesse se fortalecer e aí, sim, gerar recursos para o Arquivo.

E hoje, senhores aqui presentes, até o final deste semestre os investimentos no Arquivo Público passaram de R\$ 2 milhões. E isso só foi possível graças à sustentabilidade que hoje tem a Imprensa Oficial do estado de Santa Catarina, hoje também editora, pelas suas mãos, sr. deputado.

Então, a noite de hoje é de júbilo e de glória para nós, mas o senhor teve uma participação efetiva.

Hoje, a noite e a glória são do Arquivo Público. São 50 anos, e eu quero dizer aos homenageados que, enquanto o deputado Jorginho Mello entregava-lhes uma placa, eu olhei para baixo e pensei: o Cara lá em Cima faz tudo certo! Elas estão pisando no tapete vermelho, e é por merecimento. Que esta placa tenha um verdadeiro significado e possa representar para vocês o reconhecimento de um trabalho de tantos anos.

Eu quero aproveitar a oportunidade, sr. deputado, para dizer que se o Arquivo, hoje, não está no lugar de destaque que merece, com a sua conversa e a com minha conversa junto ao secretário Paulo Eli nós conseguimos fazer com que o Arquivo ocupe, hoje, a parte mais nobre do prédio no Saco dos Limões. Hoje ele está equipado, possui mobília descente, tem um apoio para o livro do pesquisador e está totalmente climatizado. Se nós olharmos três anos atrás e pensarmos onde estava o Arquivo e onde ele está hoje, nós veremos que caminhamos dez em um. Falta muito por ser feito? Falta muito por ser feito porque um povo que não guarda a memória do seu povo é um povo sem história. O meu lema é que aquele que não conquista poder não promove mudanças.

Sr. deputado, o poder que nós conquistamos veio do seu poder, e nós lhes somos gratos por isso. Esta noite ficará na memória de cada um de nós que, realmente, gostam da história e preocupam-se com a preservação da sua história.

Eu quero aproveitar esta noite para agradecer ao senhor, diante de todos os funcionários, pelo projeto que apresentou do Cem cópias sem Custo. Ele vai permitir que muitos escritores de Santa Catarina, grandes escritores anônimos, tenham a oportunidade de editar o seu livro. Dentro desse projeto, deputado, o senhor teve o cuidado de fazer com que parte de tudo

aquilo que for auxiliado para o escritor vá para as bibliotecas públicas, e certamente um exemplar para o Arquivo Público. Isso vai enriquecer e inovar a história do nosso Arquivo, e levar leitura para aquelas pessoas que não a fazem porque o dinheiro, ou a falta dele, é o vilão.

Nós somos gratos, deputado, pelo projeto que trouxe de volta o nome Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, que é o que somos. E quero aqui dizer para o senhor que vou entregar um documento ao Arquivo Público - e talvez daqui a 50 anos nós não estejamos em uma sessão como essa, mas o senhor será lembrado -, porque eu fui buscar em toda a história de Santa Catarina, sr. deputado, e nunca houve, antes, a criação da Editora Pública do Estado de Santa Catarina, que vai dar legitimidade e caráter profissional aos livros que forem editados, àqueles que nos buscarem dentro desse projeto. Não estamos fazendo um projeto para dar esmolas a ninguém, mas para dar dignidade.

Finalizando, gostaria de dizer aos srs. deputados, e que certamente em algum momento terão acesso à nossa fala, que tenho certeza de que, pela conquista do poder que vem das urnas, de forma legítima, algum representante desta Casa indicará o novo gestor do Arquivo Público. E no momento que já se desenha, eu gostaria de pedir, em nome dos funcionários, que entre os amigos do rei seja escolhido um que tenha realmente afinidade com o Arquivo Público. E aí lute para que ele tenha, e continue tendo, o reconhecimento e o respeito que lhe é devido.

Estamos ainda, sr. deputado, aguardando o projeto em que sentando com o senhor pedíamos: deputado, o Arquivo Público, no seu jubileu de 50 anos, precisa ser, e passar a ser, independente e autossustentável. Eu tenho certeza de que é mais um projeto em que o senhor vai buscar apoio e aprovar esse projeto que vai permitir três coisas: primeiro, que o Arquivo deixe de

precisar sair como um pedinte atrás de dinheiro para colar uma página de livro.

Segundo, vai permitir disponibilizarmos empregos para alunos das faculdades de Biblioteconomia, Arquivologia, História e Tecnologia da Informação. Essas pessoas, pelas características do seu curso, têm dificuldade de encontrar emprego na iniciativa privada. Com esse projeto, sr. deputado, o senhor vai empregar, inicial e diretamente, 30 pessoas. E esse projeto vai permitir que o arquivo intermediário de todas as entidades, secretarias e órgãos do governo, sejam separados, cuidados, digitalizados. E, muito mais do que isso, que sejam recolhidos 20 anos de uma lacuna que temos agora de uma parte histórica, que muita coisa que é feita dentro desta Casa talvez daqui a 30 anos ninguém sabe quem foi e o que foi feito. Então, estaríamos fazendo o social e também a parte que cabe ao Arquivo, que é torná-lo autossustentável.

Finalizando, eu quero agradecer a essa equipe que, orgulhosamente, tem-me ajudado a construir uma nova realidade na Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

Em três anos, sr. deputado, pegamos um faturamento de R\$ 9 milhões e transformamos em R\$ 19 milhões. Em maio deste ano, fechamos o faturamento da gráfica com R\$ 9.992.000,00. Isto é conquistar poder para imprimir mudanças.

Eu quero agradecer-lhe, primeiro, pelo convite e pela indicação que me fez para assumir este cargo, um grande desafio. Está na hora de deixá-lo, pois cessam os quatros anos. Mas eu quero dizer que o senhor me indicou e não me esqueceu. Talvez essa seja a maior virtude de quem indica. Não basta indicar. Não se pode esquecer à própria sorte aquele que se indica, porque se ele não tem poder de realização, ele continua precisando da caneta daquele que endossa o seu nome para um cargo público.

Obrigada ao coral que, lidamente, encantou-nos com as suas vozes. Obrigada e parabéns aos homenageados! Obrigada por esta equipe! Em casa nós brigamos, como uma grande família, mas eu sou muito orgulhosa da equipe que eu tenho comigo. Eu quero dizer que esta noite é um marco na minha carreira. Obrigada a cada um de vocês! Desejo que Deus esteja com todos e que vocês tenham muita força e muita determinação para continuar levando em frente a Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, e agora também editora, e o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, que deixa de ser criança para comemorar o seu jubileu de ouro.

Muito obrigada a todos e muito obrigada pela acolhida nesta Casa, esta noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, às 10h, conforme calendário especial, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Chiquinho Zenatti - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Professora Odete de Jesus - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Reporta-se à duplicação do trecho sul da BR-101.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Defende o governo federal.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Reporta-se ao R\$ 1.300 bilhão restante do PAC-1.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Defende o governo federal.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a falta de segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Na ausência de deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. deputada, srs. deputados, sr. presidente, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

O jornal *Diário Catarinense* vem ao longo dos últimos dias, sr. presidente, tratando de uma matéria extremamente relevante e importante para Santa

Catarina, a duplicação do trecho sul da BR-101.

Faz quase oito anos que o atual governo federal prometeu fazer a duplicação de um dos mais importantes trechos rodoviários de Santa Catarina.

Vai terminar o segundo mandato do governo federal, mas infelizmente Santa Catarina ainda terá que esperar por ações do próximo governo. E é verdade que a BR-101 já ceifou a vida de centenas de catarinenses e de pessoas que por aqui passaram.

A BR-101 traz, e por certo ainda continuará trazendo, prejuízos a todos aqueles que por ela tentam trafegar, de Florianópolis até a divisa do Rio Grande do Sul, ou seja, ao motorista comum, que, no seu dia a dia, tenta ultrapassar algum trecho que ainda está sendo executado pelo governo federal, e, da mesma forma, às empresas de transportes coletivos e igualmente não posso deixar de me referir às empresas transportadoras de carga.

E, deputada professora Odete de Jesus, deputado Décio Góes e deputado Sargento Amauri Soares, mais uma vez estão mentindo para a população! Ontem, deputado Elizeu Mattos, houve uma apresentação do PAC-2, e eu pergunto: já terminaram as obras do PAC-1? E, insisto, vou para o segundo ano consecutivo em que ocupo a tribuna desta Casa para cobrar providências da bancada do Partido dos Trabalhadores. Em 2007 prometeram destinar recursos do PAC na ordem de R\$ 1,900 bilhão para Santa Catarina, mas até agora só chegaram cerca de 630 milhões. Enquanto isso, no ano passado, nós, catarinenses, mandamos de impostos para Brasília a bagatela de R\$ 13 bilhões.

Eu volto a afirmar...

Deputado Décio Góes, vejo que v.exa. quer me apartear. Vou lhe conceder um aparte, se v.exa. assumir o compromisso de dizer onde está o outro R\$ 1,3 bilhão do PAC para Santa Catarina. Peço a v.exa., rogo a v.exa. que não desvie a resposta da pergunta que lhe faço: onde está o outro R\$ 1,3 bilhão que o seu governo prometeu para Santa Catarina?

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Concedo-lhe um aparte para que v.exa. possa responder onde está R\$ 1,3 bilhão, deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. Presidente, pediria uma pequena prorrogação para eu poder responder ao deputado que me concedeu o aparte.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. Presidente, o deputado Décio Góes não respondeu.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes, para que possa responder ao deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Ele fica empolgado quando fala do governo federal, mas ainda se esqueceu de falar da ferrovia litorânea, que se trata de um conjunto de projetos que estão sendo elaborados para Santa Catarina. Mas todo o

povo catarinense e cada cidade de Santa Catarina sabem o quanto de saneamento básico está sendo feito e investido na sua cidade, o quanto de habitação está sendo feito e investido na sua cidade, o quanto de drenagem e de prevenção de cheias está sendo realizado na sua cidade. Enfim, trata-se de um conjunto de investimentos que Santa Catarina jamais viu neste estado em outros governos. Outro dia, inclusive, tive o prazer de andar no complexo dos morros de Florianópolis e ver o conjunto de obras realizadas para melhorar a qualidade de vida do povo.

Então, deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Concedo-lhe mais 30 segundos, deputado, v.exa. pode falar à vontade.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - O deputado Marcos Vieira sabe muito bem dos recursos que estão sendo investidos em Santa Catarina e, como é da Oposição, faz questão de não ver, mas o povo de Santa Catarina está vendo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Obrigado, deputado Décio Góes.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores por mais de um ano não responde a essa questão. Vai terminar o segundo mandato e continua insistindo em não responder.

Eu perguntei ao deputado Décio Góes onde está o outro R\$ 1,3 bilhão que o governo federal prometeu destinar para Santa Catarina no PAC-1. Não se terminou as obras do PAC-1, não se chegou a 40%, e o governo federal ontem fez uma festa em Santa Catarina anunciando o PAC-2, ou seja, o PAC da promessa, cujas obras o outro governante, o que vai assumir a partir de 1º de janeiro, vai executar.

Mas, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. vai ocupar a tribuna e com todo prazer vou-lhe ouvir. V.Exa. é um guerreiro e, com certeza absoluta, também deve estar indagando onde está o outro R\$ 1,3 bilhão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Depois que o governo do estado prestar contas daquilo que recebeu do governo federal, certamente virão mais recursos para Santa Catarina. E nunca vieram tantos, deputado Marcos Vieira, para o estado.

Na região oeste, e v.exa. deve estar sabendo, na semana passada, o município de Chapecó fechou as portas do comércio por causa da insegurança que está vivendo o nosso estado.

V.Exa. deveria cobrar segurança do governador Leonel Pavan, segurança, deputado Marcos Vieira! O povo de Santa Catarina está vivendo em estado de insegurança. Enquanto v.exa. está preocupado com as rodovias, deveria preocupar-se com as pessoas que estão sendo assaltadas nas suas casas. O comércio está sendo assaltado, e o estado de Santa Catarina precisa de segurança. V.Exa. tem que levar isso para a tribuna e cobrar do seu governador.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Agora, com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente!

Senhoras deputadas e srs. deputados, servidores desta Casa, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, presentes nesta manhã de hoje.

Quero falar sobre segurança pública, mas fico tentado entrar nessa discussão a respeito de para onde foi o dinheiro do PAC, o que veio, o que não veio e por que não veio. Fico tentado a me perguntar também onde estariam os dois milhões do show do Bocelli, onde estariam os 3,7 milhões da árvore de Natal, a recuperação da ponte Hercílio Luz, eis que teve foguetório, ali, há quatro anos e três meses, parecia que iam derrubar a ponte de tanto foguete ou então que os espanhóis estavam voltando, como no século XVIII, estavam voltando e bombardeando a cidade, de tanto foguetório que teve na cabeceira da ponte Hercílio Luz, para dizer que, enfim, a ponte seria de novo aberta à circulação de pessoas e de veículos leves. Mas isso ainda não aconteceu também. Então, é mais uma infinidade de interrogações neste sentido.

Ontem de noite, sr. presidente, srs. deputados, nós tivemos mais uma audiência pública, mais uma vez para discutir a falta de segurança em alguma cidade, em alguma região do estado de Santa Catarina, e desta vez em alguns bairros, porque no começo desta legislatura, em 2007, nós discutíamos por região. Era audiência pública para discutir o assunto por região. Depois, passamos a fazer por cidade e agora estamos fazendo por bairro.

A toda hora, toda semana, acontece um levante popular por causa da falta de segurança pública. Inclusive, a audiência foi solicitada pela comissão de Segurança, pelo deputado Jailson Lima, a pedido, evidentemente, de lideranças comunitárias e do Conselho de Segurança da Trindade e do entorno da Trindade, aqui, na capital, e foi realizada na noite de ontem, aqui, no plenarinho desta Assembleia Legislativa.

Tivemos a presença de pouca gente, diga-se de passagem, mas todas as pessoas presentes eram lideranças comunitárias exercendo essa atividade de mobilização popular em torno das questões de segurança pública nos nossos bairros, na nossa região.

É uma região, aquela ali, atendida pela 4ª Companhia da Polícia Militar, que fica situada no bairro Santa Mônica, pela 5ª Delegacia de Polícia Civil, situada logo no começo da Trindade, que conta, se contar todos os bairros do entorno e dessa

circunscrição, com mais de 100 mil, 120 mil, 160 mil pessoas, dependendo da abrangência que se dê. Tem um efetivo policial militar de 49 policiais, contando todos, absolutamente todos, dessa 4ª Companhia do 4º Batalhão.

Infelizmente, mais uma vez chegamos a essas audiências desanimados, e eu devo dizer, embora as pessoas falem: deputado, não chegue com esse desânimo. Mas a situação é exatamente essa, porque se repete um roteiro nessas audiências públicas.

A comunidade, desesperada, clama por mais segurança. As autoridades das instituições do estado trazem uma justificativa tentando convencer de que tudo está melhorando. Mas o sentimento da população é exatamente o inverso, de que tudo está piorando. Trazem estatísticas tentando provar que o número da criminalidade está diminuindo. E isso é assim há 20 anos!

Então, precisamos mudar essa lógica enfadonha, sob o risco de não ter nenhum sentido ouvir as autoridades de um determinado governo, sob o risco de não ter nenhum sentido esta Assembleia Legislativa fazer audiências públicas para debater esses assuntos, porque faz 20 anos que o discurso é igual. Não importa qual governo, qual partido, sempre chega lá alguém, com uma planilha, tentando provar que a violência diminuiu em Santa Catarina.

A estatística aceita qualquer lógica, qualquer ótica, e pode ser questionada sempre. Dizem que os números comprovam, trazem dados que comprovam o que estão dizendo. Agora, quem estudou estatística, quem estudou cientificamente isso, sabe que depende da ótica que se olha, da abordagem que se dê e da avaliação que se faça sobre cada um dos números.

O número de furtos a residências pode ter diminuído nas estatísticas, mas na prática aumentou. O número de assaltos a estabelecimentos comerciais de pequeno porte nos bairros pobres e, inclusive, nos bairros ditos classe média de nossa cidade, nas estatísticas, diminuiu, mas na realidade aumentou.

Por que acontece isso? Porque a população já não confia mais nas instituições. Ora, para que vou gastar tempo indo até a delegacia, para fazer um BO, porque entraram na minha casa, entraram no meu quintal e roubaram um varal ou roubaram a televisão, o DVD, se não vai ter nem inquérito policial? Vai ficar apenas no BO. Não vai ter nem inquérito, quanto mais solução do problema.

Do ponto de vista da prevenção, podemos dizer que não existe mais prevenção, porque o número e a estrutura da Polícia Militar já não dá conta de apagar o incêndio, de atender às ocorrências existentes ou já ocorridas. Tem meia dúzia de policiais em cada turno, trabalhando em rádio patrulha e eles não dão conta de atender às ocorrências de furto, roubo, agressão, violência contra a mulher e contra o menor, inclusive, de perturbação da ordem. Não dão conta!

Faz oito anos que eu trabalhava no Centro de Operações da Polícia Militar, o Copom. Faz oito anos, e a coisa de lá para cá só piorou.

Em determinadas noites de sexta-feira e de sábado nós deletávamos as ocorrências de perturbação da ordem, porque em hipótese algum iria ter viaturas, pois dava três telas de computador só esse tipo de ocorrência, e não tinha como ir atender. Até virar um episódio de agressão, de violência, quando não de homicídio, por conta dessas questões. Isso foi há oito anos, imagina agora, dez anos depois.

Lamentavelmente é preciso dizer que a situação vai piorar. Falta efetivo, sim, e dizer isso não é simplório como querem dizer as autoridades, porque sem efetivo, sem estrutura, não dá para melhorar, não tem milagre possível em segurança pública. Falta muito efetivo nas instituições de segurança do estado. E é preciso que o estado, que a sociedade, restabeleça prioridades do poder público. Quanto que vai investir em segurança, em saúde, em educação?

O estado tem-se aperfeiçoado em investir nas cúpulas e no fortalecimento do aparato, criando mais e mais secretarias, mais cargos, inclusive nas instituições de segurança. O número de batalhões dobrou nos últimos sete anos, mas o efetivo diminuiu. Como aumentam um batalhão, se não há efetivo? Criou-se outra estrutura, o Comando Regional, com menos efetivo que havia antes. Cada grande unidade, que são 11 no estado, leva mais de meia dúzia de policiais que estavam trabalhando na rua para atender a essa estrutura burocrática, desnecessária e onerosa.

Vai piorar a situação, lamentavelmente, porque falta prioridade de estado, de governo e política pública, para fortalecer o serviço público lá na ponta, aquele que atende à população e não aquele que fica no ar condicionado, ganhando um grande salário para produzir, infelizmente, muito pouco.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 068ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Chiquinho Zenatti - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Kennedy Nunes - Narcizo Parisotto - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Manifesta preocupação com o porto de São Francisco do Sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta apoio aos funcionários do porto de São Francisco do Sul; reporta-se à segurança pública.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a questão da segurança pública, a questão da saúde; menciona projeto de sua autoria a respeito da agricultura familiar.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra a presença na Casa do presidente da Associação de Radioamadores de Florianópolis.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Cumprimenta os radioamadores; reporta-se à audiência pública sobre os arts. 170 e 171 da Constituição.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta repúdio à ação de violência praticada pelo filho do presidente da Federação de Futebol.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se à posse do bispo de Tubarão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência suspende a presente sessão por dez minutos, atendendo requerimento encaminhado pela deputada Ana Paula Lima, para que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Armazenador do Estado de Santa Catarina faça uso da palavra.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Agradecemos a presença do nosso representante sindical neste plenário.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. e srs. trabalhadores

presentes, preocupa-nos bastante esse relato, não tínhamos essas informações e peço, inclusive, a assessoria do Plenário e ao sindicato, se possível, que repasse o documento a todos os srs. parlamentares, para que possamos ter acesso e tirar os encaminhamentos necessários sobre essa situação, no mínimo, preocupante, que nos foi apresentada pelo sindicato do Porto de São Francisco do Sul, pelo estado em que se encontra, pela falta de investimentos e a questão do convênio com a Bunge Alimentos.

Então, peço ao sr. presidente que possamos ter em mãos o documento, se possível.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e que nos ouve através da Rádio AleSc Digital, público presente nesta sessão, especialmente os trabalhadores da Cidasc, do terminal graneleiro de São Francisco do Sul, da diretoria do sindicato e demais trabalhadores.

Quero dizer que vocês têm todo apoio da nossa parte, assim como deveria fazer cada parlamentar que se propõe a defender a classe trabalhadora. Apoiamos todas as demandas justas do nosso estado, o fortalecimento do serviço público, o fortalecimento das empresas públicas e das autarquias públicas do nosso estado.

Estamos com vocês naquilo que for possível. Da nossa parte estaremos apoiando-os mesmo que haja, se for o caso, a necessidade de voltar a esta tribuna com o mesmo tema, para que as autoridades responsáveis possam tomar as providências necessárias no sentido de reverter o quadro. Aliás, vários quadros precisam ser revertidos no serviço público catarinense, em todas as áreas.

Lamentavelmente, tomamos conhecimento, na tarde de hoje, através de vocês, de mais uma situação que precisa de uma intervenção pública, diferentemente daquilo que tem sido prioridade dos poderes públicos e do poder público estadual nos últimos anos e talvez nas últimas décadas: o abandono do serviço público, das empresas públicas e dos servidores públicos.

Quero voltar à questão da falta de segurança, assunto do qual falava pela manhã e sobre o qual, por certo, daria para falar bastante tempo.

Tivemos ontem uma audiência para discutir o problema do aumento da criminalidade na região da Trindade, que poderia ser estendido para toda a ilha de Santa Catarina, a Grande Florianópolis e também para todo o estado, porque temos acompanhado por vários meios, inclusive os de comunicação, verdadeiras manifestações, levantes populares, no estado, para reivindicar mais segurança.

E para nosso espanto, muita gente que teve responsabilidade, participação ou aliança efetiva no governo dos últimos anos ou nos governos a três meses da eleição, vai para o meio da rua reclamar do governo. Pessoas que estavam lá para resolver não resolveram e não contribuíram para resolver, não reivindicaram efetivamente com relação

ao governo e agora somam aos seus discursos que o problema está grave.

Nós temos falado disso há muito tempo e vamos continuar falando. Falava das estatísticas do governo que sempre estão em desconformidade com a realidade social e com o sentimento da população com relação às questões da criminalidade em todas as cidades de Santa Catarina. Não vou filosofar a respeito das várias formas de usar as estatísticas para provar aquilo que se quer, mas é fato concreto, e a sociedade sente, que a criminalidade está em descontrole na nossa sociedade.

Faz 20 anos que o discurso oficial, deputado Dirceu Dresch, tem o mesmo tom, muda partido, muda governo, muda autoridade, muda o secretário, muda o comandante, mas o discurso oficial continua o mesmo.

E não se trata de criticar uma pessoa específica, que foi escalada para vir aqui na audiência pública repetir aquilo que os outros vão dizer em todas as audiências públicas que fizermos para discutir esse problema, trata-se de uma postura que as instituições de segurança e o estado têm que mudar. É necessário que mude, porque é constrangedor ver uma pessoa defendendo uma tese e não acreditar nela, porque sabe que a realidade é diferente, mas como é um discurso oficial, e qualquer crítica é entendida como um ataque ao partido e ao governo de plantão, tenta-se tapar o sol com a peneira para convencer alguém, ou a si próprio, de que a situação está melhorando.

Faz 20 anos que o discurso oficial diz que a Segurança Pública do estado de Santa Catarina está melhorando, e faz 20 anos que a população sente que a criminalidade está aumentando.

Portanto, a insegurança do estado de Santa Catarina aumentou, não obstante a propaganda oficial permanente para que venham para Santa Catarina porque é o estado mais seguro do país. Por certo, São Paulo e Rio de Janeiro não são referências nem Pernambuco, mas a violência em Santa Catarina tem aumentado de forma bastante acentuada, cada vez mais.

Como parlamentares, e ontem eu e o deputado Jailson Lima, proponente da audiência, sentimos isso, não há como não ficar constrangido diante dessa realidade e desses fatos. Nós não podemos mais aceitar o constrangimento e meias palavras para uma situação que é grave e que se agrava a cada dia. Agrava-se porque é fato que se está ruim, a persistir nessa política, vai piorar. Inclusive, lá nos municípios de São Carlos e de Saudade, deputado Dirceu Dresch - e já discutimos isso há dois anos naquela região -, a criminalidade está aumentando e vai piorar, porque vai diminuir a quantidade de policiais trabalhando nas ruas e fazendo a prevenção ou atuando para combater a situação já desregulada e fora de controle.

Estão determinando, neste momento, a mudança das escalas de serviços dos policiais e dos bombeiros, porque a Justiça decidiu, cinco anos depois, que o estado não pode mais forçar o servidor a trabalhar sem receber, ou seja, trabalhar além das 160 horas mensais, mais 40 horas extras mensais. Escalas abusivas ao longo de todo esse tempo aconteciam e, como ninguém mandava pagar, eles continuavam escalando; e os policiais e os bombeiros continuavam trabalhando mais do que a jornada legal.

Agora a Justiça mandou pagar as horas vencidas, as que vão vencer e as que ainda serão realizadas. E pagar à vista, nada de esperar para precatório. Trabalhou este mês, recebe mês que vem no contracheque. Já começaram a mudar as escalas, e o número de policiais nas ruas vai diminuir.

Até agora escalavam e quando o policial reclamava diziam: "Isso não está na lei, o que consta na lei são 160 horas mensais mais 40 horas extras mensais, essa é a necessidade do serviço, vocês têm que entender, eu sou o comandante e vocês não podem dizer 'não senhor' ou serão presos em flagrante." Era assim e é assim que funciona.

Agora a Justiça diz que tem que pagar. Então, não há mais a necessidade do serviço? Já estão até mudando as escalas.

Outro motivo que justifica o que estou dizendo é que recebi ontem a informação, vinda do norte do estado, de que a cota de gasolina por viatura será de dez litros por dia. Vai chegar o meio-dia e não vai ter mais gasolina no tanque. E a informação é de que esta definição é para toda Santa Catarina, para economizar recursos para o Fundo para Melhoria da Segurança Pública, porque aqueles R\$ 2 mil que só a cúpula vai ganhar, só a turma lá de cima - e nós votamos contra a essa gratificação -, vai sair do Fundo para Melhoria da Segurança Pública.

Então, tem que diminuir a escala de serviço para o estado economizar dinheiro e tem que diminuir a quantidade de combustível para economizar dinheiro do fundo. E aí as pessoas dizem nas audiências públicas que nós temos que ir lá e tentar resolver o problema específico da demanda daquele bairro, daquela cidade. Mas não há como resolver, se não forem mudadas as orientações da cúpula, das autoridades governantes. Não há como resolver, se não tratarem os servidores que estão lá na ponta com dignidade e com respeito. O que não estão fazendo há muito tempo aqui no estado de Santa Catarina. Estão humilhando, massacrando, discriminando, do ponto de vista salarial, e mandando prender quando o policial reclama, inclusive expulsando da Polícia quando reclama de forma veemente.

É preciso mudar isso tudo para melhorar a segurança pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e que nos ouve pela Rádio AleSc Digital, em especial também hoje os trabalhadores do porto de São Francisco do Sul. Parabéns pela coragem, pela luta de vocês pela questão da criação do novo Porto Mar Azul, uma grande polêmica que esta Casa está discutindo.

Já fizemos audiência pública na cidade de São Francisco, deputado Sargento Amauri Soares, e quero me somar ao seu debate, ao seu discurso. Inclusive, no último final de semana, houve mais um assassinato bárbaro na cidade de Palmitos, no oeste do estado, quando uma mulher muito jovem foi assassinada e violentada.

Temos essa discussão da segurança em nosso estado e também a questão da saúde, que é um dos principais problemas que hoje afeta a sociedade catarinense, uma das maiores preocupações.

Temos o exemplo do porto de São Francisco do Sul, o sucateamento, a falta de valorização dos trabalhadores, o uso do que é público em benefício de grandes grupos econômicos em Santa Catarina. Mas isso já virou moda!

Hoje à tarde haverá um debate, do qual vou participar, sobre a polêmica desastrosa, a política de terceirização e privatização da alimentação escolar. Isso é um absurdo, um crime que vem ocorrendo pela estratégia política de mandar o dinheiro público que vem para Santa Catarina embora para outros estados, para desenvolver outros estados, abandonando a agricultura familiar aqui no nosso estado, não gerando desenvolvimento aqui, assim como as demais políticas de desmonte da política pública catarinense.

Há poucos dias, houve a greve dos servidores da Saúde. Receberam uma promessa e pararam a greve. E, falando em promessa, há muita gente que está esperando ainda hoje a BR-254 e o cumprimento de tantas outras promessas.

Então, é uma concepção de estado. Eu sempre digo aqui que é uma concepção de estado mínimo de privatização, de desmonte, na área da Saúde, na área da Segurança. Estão discutindo por aí - e essa é uma das ideias do governador Leonel Pavan - privatizar a segurança em nosso estado. Essa é uma das teses que estão sendo discutidas por aí.

Portanto, catarinenses que nos acompanham e público aqui presente no dia de hoje, essas são umas das grandes visões diferenciadas que temos, hoje, em disputa no país. E não é por acaso que o presidente Lula encaminhou o projeto da criação de uma empresa pública para explorar o pré-sal. E temos uma diferença profunda. Aqui em Santa Catarina está em curso, nesses últimos anos - e discutida pelo DEM, pelo PSDB, e agora, junto com Luiz Henrique, pelo PMDB -, privatizar o estado, vender o estado - e o estado mínimo. Isso precisa ficar claro para a sociedade catarinense. Isso é uma questão de concepção, de ideologia, de posição política de privatização no estado catarinense.

Por isso, o Besc, hoje, não é mais um banco público catarinense, mas é um banco público graças à intervenção do governo federal. E continua sendo banco público, mas incorporado ao Banco do Brasil.

Então, isso tudo está ocorrendo por uma estratégia de desmonte do estado catarinense. E a alimentação escolar é um exemplo típico disso, sendo que mais de R\$ 140 milhões por ano poderiam desenvolver o estado de Santa Catarina, mas isso está indo para fora desenvolver outros estados. Assim não dá! Assim, os agricultores não têm oportunidade; assim, as merendeiras foram mandadas embora; assim, a qualidade da alimentação cai para as nossas crianças!

Estive em Rio Fortuna, na semana passada, visitando uma escola, e lá pude ver que muitas crianças não querem comer aquela comida que estão trazendo de fora. Eles gostariam de se alimentar com os produtos orgânicos, agroecológicos, que são produzidos em Rio Fortuna, Santa Rosa de

Lima, Braço do Norte, e que também estão abastecendo as escolas em outros municípios, como Tubarão. Inclusive, estão discutindo de a Grande Florianópolis vender os alimentos para os municípios, sendo que poderiam ser vendidos para as escolas dos seus municípios, diminuindo custos, desenvolvendo a agricultura familiar e produzindo produtos de qualidade.

Mas quero aproveitar o dia de hoje para divulgar aqui, publicamente, um projeto que já foi protocolado na semana passada, de nossa autoria, que institui a política estadual da agroindústria familiar no estado de Santa Catarina.

Esse é um tema que temos trabalhado e discutido muito no estado com as organizações cooperativas e associações de agricultores familiares que estão agregando valores. São, principalmente, agricultores familiares, que se estão desafiando em outra área da economia catarinense. Ou seja, industrializar, agregar valor a um produto que se produz na propriedade. São agricultores que cansaram de estar nas mãos das grandes agroindústrias como integrados, e muitos deles dizem-nos que se entregaram às agroindústrias reconhecendo sempre essa função. Mas os agricultores não querem estar nessa situação e gostariam de ter o seu próprio negócio.

Então, temos aí milhares e milhares de pequenos estabelecimentos pelo estado afora, para os quais faltam incentivos públicos. O estado dá bilhões de reais de incentivos e renúncia fiscal para grandes grupos econômicos, e nós precisamos criar uma política para esses pequenos estabelecimentos que se vêm diferenciando no estado de Santa Catarina.

Grande parte dos produtos consumidos nos pequenos municípios já é produzida lá no local e contribuem para a geração de emprego e renda nos nossos pequenos municípios pelo estado afora.

Além de contribuir com esse desenvolvimento, essas agroindústrias familiares produzem um produto diferenciado, um produto que, culturalmente, muitas pessoas que estão nas cidades, nos grandes centros urbanos, gostariam de consumir, pelo seu sabor, pela sua diferenciação, pela sua forma de preparação.

Outra questão de destaque é a qualidade daqueles alimentos que são produzidos, pois grande parte deles são produtos orgânicos.

Então, apresentamos esse projeto de lei que institui a política estadual de agroindústria familiar no estado de Santa Catarina porque entendemos que o estado precisa implementar uma política diferenciada de incentivo a essas pequenas indústrias que precisam de assistência técnica, pesquisa, recursos, política de mercado.

E uma delas que queremos retomar, e rever, é a da alimentação escolar, que é uma oportunidade para esses grupos poderem vender os seus produtos e criar uma política pública catarinense para esse setor.

Se tivermos um incentivo à instalação de grandes agroindústrias no nosso estado, poderemos ter uma experiência extraordinariamente grande das pequenas agroindústrias familiares do nosso estado para, quem sabe, no futuro,

chegarmos a ter dez, 12, 20 pequenos estabelecimentos nos nossos municípios. Basta o estado ter uma política para isso. É a cultura e a experiência dos nossos agricultores catarinenses são um diferencial. Todos eles sabem agregar valor a um produto, mas para isso precisam ter uma oportunidade, e o estado precisa dar esse incentivo.

Por isso, apresentamos esse projeto de lei, que já está tramitando nesta Casa, para podermos criar grandes políticas para esse setor de agregação de valor no estado de Santa Catarina, que já é importante. Tenho participado de feiras no Brasil e no estado inteiro. E pode haver um potencial ainda maior, pode haver grandes agroindústrias - o sistema agroindustrial no nosso estado já existe - e outro sistema de pequenas agroindústrias, quem sabe até articuladas em rede, em políticas, para poder desenvolver-se.

Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. deputado Valmir Comin, eu peço a palavra, pela ordem, porque está aqui conosco o querido amigo Ricardo Pires, presidente da Associação dos Radioamadores de Florianópolis. Ele veio aqui, em nome da entidade, para fazer esta Casa lembrar que hoje se comemora 29 anos de fundação desta instituição que, inicialmente, era denominada Grupo União Catarinense de Radioamadores e depois passou a chamar-se Associação de Radioamadores de Florianópolis.

É preciso destacar, deputado Serafim Venzon, o importante trabalho dos radioamadores de Santa Catarina, porque não costumamos reconhecer esse trabalho tão importante, especialmente em momentos de calamidades, como o nosso estado já viveu em recente época, só para citar as tragédias ocorridas recentemente no vale do Itajaí, o Furacão Catarina, lá no sul do estado, deputado Valmir Comin, quando não havia nenhum outro sistema de comunicação a não ser através dos radioamadores.

Por isso, esta Casa, neste dia, precisa fazer esse reconhecimento. É um trabalho voluntário, um *hobby*, mas que se constitui numa grande ferramenta, especialmente nesses momentos difíceis que, infelizmente, deputado Serafim Venzon, o nosso estado tem atravessado com muita frequência.

Assim, em nome do Ricardo, que é o presidente, de toda a diretoria, dos mais de 150 sócios aqui de Florianópolis e dos radioamadores espalhados por Santa Catarina e pelo Brasil, o nosso reconhecimento neste dia em que se celebra 29 anos de fundação da Associação de Radioamadores de Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero me solidarizar com o

deputado Joares Ponticelli, que cumprimentou os radioamadores. Eu cumprimento os radioamadores do vale do rio Itajaí, em nome do vereador Antônio Carlos Pereira, o Carlão, de Gaspar, uma vez que fizeram um trabalho extraordinário nas últimas enchentes que ocorreram lá. Aliás, esse era o melhor meio de comunicação que havia, e assim podia-se prestar atendimento às vítimas das enchentes.

Então, quero agradecer o trabalho que eles prestam há muito tempo.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, o radioamador é o primeiro ancestral dos celulares, deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Exatamente!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Já são quase dois séculos de existência desse equipamento com grandes serviços prestados à população catarinense, brasileira e mundial.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Quero cumprimentar a prefeita Cecília Konell, de Jaraguá do Sul, e o prefeito Mário Fernando Reinke, de Massaranduba, que acompanham os trabalhos desta Casa, no dia de hoje.

Hoje pela manhã foi realizada na Assembleia uma audiência pública sobre o atendimento às universidades através dos arts. 170 e 171. Na audiência, que foi apoiada por mim, mas convocada pelo eminente deputado Pedro Uczai, estiveram presentes reitores de diversas universidades fundacionais, bem como das universidades particulares, o diretor executivo Darcy Laske, representando todas as universidades fundacionais, e a Valquíria Luiza Tafner da Cunha, representando a Ampesc, as universidades particulares.

Nessa audiência discutiu-se a prestação, o encaminhamento dos valores do art. 170. Somando-se o art. 170 mais a Lei Jorginho Mello, o valor ultrapassa os R\$ 50 milhões, que seriam divididos, aproximadamente, em dez ou 12 vezes, repassando para as universidades em torno de R\$ 5 milhões ao mês para atender, principalmente, aos alunos com dificuldade financeira.

E falava agora com o representante dos acadêmicos de Brusque, o Maicon, que já esteve várias vezes na nossa Assembleia, e foi a representação dele na Unifebe, de Brusque, que me inspirou entrar aqui, deputado Valmir Comin, com um projeto de lei que, na quarta-feira da semana passada, aprovamos em primeiro turno - e certamente nesta semana votaremos o segundo turno. Trata-se de uma lei que desobriga o acadêmico da parte da bolsa que foi beneficiário. Assim, o aluno que ganhar uma bolsa de estudos de 40% fica desobrigado de pagar o percentual de 40% da bolsa, porque quem vai pagar a bolsa por ele é o governo. Ele vai receber um boleto mensal para pagar os seus 60%, e os 40% não têm nada a ver com o aluno.

Destaco que, considerando a família universitária, do reitor até o acadêmico, certamente o acadêmico, com dificuldades financeiras, foi classificado para receber a bolsa por um grupo representativo

de professores, do Ministério Público, dos alunos, e declaradamente ele precisa desse apoio. Ora, no meu entender, dentro dessa comunidade acadêmica, o mais fraco é o aluno, e ainda aquele aluno que é desprovido desses recursos financeiros.

Então, seria uma injustiça muito grande atribuímos ao aluno a responsabilidade de vir cobrar do governador, de vir cobrar da Assembleia, de vir cobrar do governo aquela parte da bolsa da qual ele foi beneficiário.

Ele, que já não tem o dinheiro para pagar a faculdade, como teria dinheiro para possuir um celular para ligar para um deputado? Como teria dinheiro para colocar gasolina no carro para vir de Chapecó até aqui reclamar na Assembleia? Mas os reitores das universidades facilmente falaria com qualquer um de nós, deputados, ou com o governador, na hora que desejarem.

Ora, apresentei, então, essa lei e, a partir da sua promulgação, a parte que é bolsa caberá à universidade vir cobrar do governo. E tenho certeza de que o governo não vai falhar, como historicamente nunca faltou.

O governador Leonel Pavan, desde quando foi prefeito, senador, e agora muito mais sendo governador, sempre teve um compromisso primordial com a saúde, a educação e a segurança. E ele não faltará com esse compromisso com os acadêmicos. Aliás, ele tem um carinho ainda mais especial pelos jovens.

De forma que, a partir de agora, as universidades, quando, por alguma razão, o governo atrasar um ou dois meses, devem avisar o seu deputado. Nós temos 40 deputados representando todas as regiões de Santa Catarina.

Eu soube que o art. 170 estava em atraso, que as universidades não estavam recebendo, através de um aluno carente, e não através do reitor. Por quê? Assim que eu soube, liguei para o secretário da Fazenda e ele me disse: "Não, deputado! O dinheiro já está na Educação desde o mês de abril." "Mas agora estamos no mês de julho, como é que é isso?!" Liguei, então, para a secretaria de Educação, perguntei o que havia acontecido, e fui informado de que era só um problema burocrático, que o dinheiro já estava lá.

Se o reitor tivesse ligado para nós em maio, certamente teríamos destrancado esse problema já no mês de maio ou no começo de junho e não precisaríamos ter esperado até o mês de julho. E agora, vencido aquele problema burocrático, o governo vai pagar todas as parcelas, até porque o valor está lá na conta! Nem juro está rendendo porque o juro é barato! E as universidades, tanto as particulares quanto as fundacionais, estão sem os recursos para honrar os seus compromissos com a parte funcional, com os professores, com a compra de material, enfim com a atividade que a universidade tem.

Então, tenho certeza de que agora, com essa lei, assim que houver qualquer atraso, a reitoria ligará primeiramente, com certeza, ao secretário da Fazenda. Mas todos nós, os 40 deputados, estamos com os nossos telefones sempre abertos para receber essas observações, pois todos apoiarão e farão com que o governo cumpra o seu compromisso, pois é isso que ele quer!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Inscrito o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Senhores e senhoras que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, catarinenses que estão aqui nos visitando, sejam bem-vindos a esta Casa de leis.

Eu vou usar só uma parte do tempo e depois passarei a palavra para o presidente estadual do PP, deputado Joares Ponticelli.

Eu só gostaria de fazer um registro de repúdio pela ação do filho do presidente da Federação Catarinense de Futebol, Delfim. No domingo o seu filho, conhecido por Delfinzinho, no jogo do JEC, depois que esse empata com o time de Brusque, simplesmente, deputado Joares Ponticelli, entrou na cabine onde o Rodrigo, repórter da rádio de Brusque, estava narrando o jogo e agrediu-o dentro do Arena Joinville.

Simplesmente ele se achou no direito de agredir, sr. presidente, um repórter, um narrador porque estava falando o que achava bem falar. A agressão foi testemunhada, publicada, e está nos sites o momento em que o rapaz da rádio de Brusque estava narrando o jogo e o tal Delfinzinho entrou e disse: "Quem é o Rodrigo?" E aí ele e mais os seus jagunços começaram a bater no repórter.

Em qualquer país civilizado esse bandido, porque já pagou por tráfico, já puxou cadeia... Delfinzinho já puxou cadeia! Aliás, a ficha policial do camarada não é boa, não.

Em outros países desenvolvidos, civilizados, educados, um bandido desses não entra mais nos estádios. Mas aqui, não! É filho do presidente. Imagina! O filho do presidente entra e bate em quem ele quer.

Eu entendo que muitas pessoas não gostam da imprensa, da qual faço parte. Eu sou um jornalista profissional. Eu trabalho hoje em televisão, mas já trabalhei em rádio e jornal. Eu sei o que é isso, deputado Genésio Goulart. Eu sei que há muita gente com medo e pavor da imprensa. Por isso, o plano da candidata Dilma tem o controle social da imprensa, nomezinho bonito, ou seja, querem implantar o "chavismo" no Brasil. O que o presidente Chávez faz lá, querem fazer aqui. Daqui a pouco estão estatizando tudo, e só fala aquele que fala bem do governo.

Mas eu quero fazer uma nota de repúdio. Gostaria que todos os deputados me acompanhassem nessa nota de repúdio contra a ação do filho do presidente da Federação Catarinense de Futebol, que entrou na cabine e espancou um profissional de rádio porque estava narrando um jogo.

Por isso, deixo aqui o meu protesto não só como deputado, mas como alguém que trabalha pela imprensa e sabe que muitas vezes os nossos profissionais de imprensa passam por ações como essa para deixar ou para cumprir o seu papel.

Assim, faço aqui o meu desabafo, uma moção de repúdio verbal. E sei que

tenho o sim desta Casa para que não aconteçam novamente ações como essa, sendo que num final de campeonato ou da decisão de uma taça o filho de um presidente entre numa cabine e espanque um profissional da imprensa.

Fica aqui o meu protesto. Cedo o restante do tempo ao deputado Joares Ponticelli.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado ao PP, fará uso da palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até quatro minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, presto a minha solidariedade ao meu colega deputado Kennedy Nunes.

Quero trazer uma notícia, deputado Genésio Goulart, que alega muito a diocese da comunidade de Tubarão e de toda a região: a esperada posse do novo bispo diocesano, Dom Wilson Tadeu Jung, que no próximo domingo, às 15h, vai assumir o comando da nossa diocese.

Nós tivemos um grande trabalho desempenhado durante o mandato de Dom Jacinto Bergmann, que nos deixou recentemente e que foi, depois de Dom Hilário Moser, outro bispo que tanto se empenhou também na causa da beata Albertina Berkenbrock, beatificada há três anos e em processo de canonização. Inclusive, esperamos ter vida para vê-la canonizada, santificada. E certamente Dom Wilson Tadeu Jung vai dar continuidade a todo esse trabalho.

Essa diocese, deputado Genésio

Goulart, estava há um tempo já sem um comandante, sem um bispo, e para a nossa alegria no próximo domingo D. Wilson Tadeu Jung vai assumir o comando da igreja.

Ele é catarinense, filho do alto vale do Itajaí, do município de Vidal Ramos, atuou juntamente com outro catarinense ilustre, deputado Kennedy Nunes, Dom Eusébio Oscar Scheid, que foi bispo auxiliar na arquidiocese do Rio Janeiro, e a partir de domingo assume o comando da nossa diocese de Tubarão.

Queremos aqui registrar a nossa alegria, e falo em nome do deputado Genésio Goulart que também está feliz, que estará lá com sua família e seus amigos prestigiando esse importante momento da igreja católica no próximo domingo, quando Dom Wilson Tadeu Jung vai assumir o comando da diocese.

Fica, portanto, a manifestação em nome de toda a comunidade católica da região da Amarel, da nossa diocese. Certamente será um grande evento, deputado Genésio Goulart, rememorando o dia 20 de outubro de 2007, quando todo o pátio da Catedral Diocesana Nossa Senhora da Piedade ficou lotado por ocasião da beatificação de Albertina Berkenbrock.

E no próximo domingo certamente delegações e caravanas de todos os municípios do sul do estado prestigiarão esse momento importante da nossa igreja, que vai receber o quarto bispo da sua história.

O primeiro bispo foi Dom Anselmo Pietrulha, o segundo foi Dom Osório Beber, o terceiro foi D. Hilário Moser e o quarto foi Dom Jacinto Bergmann. E agora vamos receber o quinto bispo diocesano, esse catarinense de Vidal Ramos, de família que tivemos a oportunidade de conhecer, porque sou do alto vale do Itajaí também. E ele tem uma relação muito estreita com o bispo

emérito de Rio do Sul, Dom Tito Buss, que inclusive foi o celebrante da sua ordenação.

Portanto, é com muita alegria que a nossa diocese receberá o novo líder espiritual, comandante religioso da nossa igreja católica, D. Wilson Tadeu Jung, que será a partir de domingo oficialmente o bispo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência suspende a sessão por dez minutos para poder receber aqui o prefeito de Balneário Arroio, sr. Evandro Scaini, o vice-prefeito Mário Mota e o sr. Silva, para que façam o convite a todos os catarinenses para a 19ª Festa do Peixe, que se realizará de 21 a 25 de julho de 2010. Recebemos também a rainha Willa Sehmene, a 1ª princesa Vanessa Corrêa e a 2ª princesa Kelen Arigoni Cardoso.

Solicito à assessora que os receba neste plenário.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio)(Faz soara campanha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Na ausência de deputados que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 401, de 14 de julho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **ADO STEINER**, matrícula nº 1278, de sua função na Comissão Legal do Sistema de Controle Interno, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 12 de julho de 2010.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 402, de 14 de julho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **ADO STEINER**, matrícula nº 1278, da função de Assistência Técnica de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 12 de julho de 2010 (Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 403, de 14 de julho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **VICTOR INACIO KIST**, matrícula nº 1039, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função na Comissão Legal do Sistema de Controle Interno, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 12 de julho de 2010.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 404, de 14 de julho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **MARCELO DE PAULA RIBEIRO**, matrícula nº 1475, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 12 de julho de 2010 (Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 405, de 14 de julho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº ,

RESOLVE: com fundamento no art. 76 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 1º, II, "I", da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990,

CONSIDERAR LICENCIADA para concorrer a cargo eletivo no pleito eleitoral de 2010, no prazo de 90 dias, a servidora **ROSELIA FLORENCIO**, matrícula nº 1999, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 406, de 14 de julho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1475/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 76 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 1º, II, "I", da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990,

CONSIDERAR LICENCIADO para concorrer cargo eletivo no pleito eleitoral de 2010, pelo prazo de 90 (noventa) dias, o servidor **WALTER DA LUZ**, matrícula nº 0286, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-66, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 407, de 14 de julho de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1249/2010,

RESOLVE: com fundamento no art 1º § 19, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **JANETE MARIA BARTHOLOMEU MONTEIRO**, matrícula n.º 1964, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, a contar de 13 de maio de 2010.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE SAÚDE PARA DEBATER A PROFISSÃO DE MÉDICO COMO CARREIRA DE ESTADO, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2010, ÀS 17H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Aos dezesseis dias do mês de junho de 2010, às 17h, realizou-se no Plenarinho Deputado Paulo Stuart. Wright, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), por proposição do Deputado Estadual Dado Cherem, Presidente em exercício da Comissão de Saúde da Alesc, audiência pública com o objetivo de discutir a profissão de médico como carreira de Estado. O senhor mestre de cerimônias, Washington Luiz Mignoni, abriu a audiência pública dando boas-vindas a todos e convidando para tomar assento à mesa as seguintes autoridades: senhor Deputado Estadual Dado Cherem, Presidente em exercício da Comissão de Saúde da Alesc; senhor Roberto Hess de Souza, Secretário de Estado da Saúde; Desembargador João Henrique Blasi, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; senhor Genoir Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina e coordenador do Conselho Superior das Entidades Médicas de Santa Catarina; senhor Celso Luiz Dellagiustina, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina (Cosems); senhor Cyro Soncini, presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina; senhor José Francisco Bernardes, presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (Cremesc). Em seguida, registrou a presença da senhora Marta Rinaldi Müller, representando o Conselho Federal de Medicina; da senhora Márcia Regina Freitag, Secretária Municipal de Saúde de Camboriú; e do doutor Marco Antônio Wanrowsky, médico e Vereador de Blumenau. Ato contínuo, comunicou aos interessados em fazer uso da palavra que a inscrição poderia ser feita com os servidores da Comissão de Saúde ou na mesa de registro de autoridades e passou a presidência dos trabalhos ao senhor Deputado Estadual Dado Cherem, Presidente em

exercício da Comissão de Saúde, que inicialmente cumprimentou os membros da mesa e os demais presentes. Disse que a audiência pública estava sendo realizada para, de maneira transparente e com pé no chão, tentar-se diminuir um grande problema que aflige desde o Secretário Municipal e o Secretário de Estado da Saúde até o Ministro, que é a dificuldade da especialidade médica no serviço público, salientando que esse é um problema que atinge todos em todas as regiões. A seguir, apresentou a metodologia dos trabalhos e afirmou que essa discussão é o início de um processo do qual Santa Catarina começará a participar, acrescentando que essa é uma luta capitaneada pelo Conselho Federal de Medicina, que já há participação de vários congressistas e que é preciso sensibilizar os candidatos que ocuparão um lugar de destaque no ano que vem em Brasília no sentido de que seja encontrada essa "difícil luz no fim do túnel". Prosseguindo, passou a palavra ao doutor Celso Luiz Dellagiustina, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina (Cosems), que cumprimentou todos e destacou que é no Município que ocorrem as ações de saúde. Abordou as dificuldades que os gestores municipais encontram com relação aos recursos humanos dos trabalhadores, especialmente dos da área médica, e conclamou todos a fazer uma reflexão sobre o que aconteceu após a Constituição de 1988, quando foi aprovada a municipalização do Sistema Único de Saúde, que absorveu para a sua gestão todos os profissionais de saúde lotados no serviço público estadual e federal que prestavam assistência ao sistema previdenciário público, explicando que foi recebida essa herança da municipalização sem que houvesse com os municípios qualquer tipo de compromisso de reposição dessa mão de obra. Destacou a necessidade de ser implantada uma efetiva política da saúde tripartite e um plano de cargos e salários que contemplasse tanto o trabalhador médico como o trabalhador do Sistema Único de Saúde, acrescentando que a Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente na saúde, é um fator impeditivo para a construção municipal isolada de planos de cargos e salários aos servidores da saúde do SUS. Prosseguindo, afirmou que, na atenção primária, a mudança do modelo de gestão com a utilização da estratégia da saúde da família visando à integralidade do indivíduo com a maior resolutividade possível exige do profissional médico o efetivo cumprimento da jornada de trabalho, além da

sua capacitação permanente para atingir os objetivos planejados, observando que há Municípios localizados principalmente nas regiões fora da densidade tecnológica que oferecem R\$ 18 mil ou R\$ 20 mil para manter um médico da saúde da família e não conseguem. Salientou que muitas vezes também são encontrados problemas com o Tribunal de Contas porque os prefeitos de Municípios pequenos recebem bem menos do que esse salário oferecido para a classe médica, o que é outro fator impeditivo constitucionalmente, complementando que o Tribunal de Contas fez um acórdão para que pudesse ser pago esse salário para a classe médica por entender que a saúde coletiva é mais importante do que a determinação e o entendimento constitucional. Sobre o atendimento de média e alta complexidade, adiantou que são muitas as razões que afastam os médicos do serviço público, especialmente nos centros de menor densidade tecnológica, o que cria verdadeiros vazios assistenciais e fragmenta a continuidade da atenção integral, prevista na Constituição como direito de todos, apontando como uma das razões os fatores econômicos, pela inexistência de um plano de cargos e salários regionalizado ou municipalizado; pela jornada de trabalho sem o devido atrativo remuneratório, tornando ineficazes, em muitos casos, os concursos públicos abertos para preenchimento de vagas para suprir a necessidade de especialidades; e pela baixa remuneração para os profissionais integrantes de corpo clínico de instituições conveniadas com o Sistema Único de Saúde que são pagos por procedimentos. O doutor Celso Luiz Dellagustina citou também os fatores técnicos como outra razão da opção do médico por centros de alta densidade tecnológica, observando que a interiorização não é atrativa para esses novos especialistas pelas dificuldades tecnológicas que são encontradas na maioria das unidades prestadoras de serviço do SUS. Em seguida, enfatizou que os membros dos Conasems e dos Cosems têm insistido com o Ministério da Saúde e com o Ministério da Educação que é preciso formar profissionais adequados às necessidades do Sistema Único de Saúde tanto na atenção primária como nas especialidades. Prosseguindo, informou que o Pacto pela Saúde firmado em 2006 de forma tripartite trouxe no Pacto de Gestão diretrizes para a gestão do SUS em oito eixos e citou dois deles: a regionalização do eixo estruturante da descentralização das ações e serviços de saúde e os processos de negociação e pactuação entre os gestores. Avaliando ser impossível que cada Município tenha todas as especialidades previstas para atendimento de média e alta complexidade, ressaltou que há necessidade de ser feito um pacto de hierarquização solidária, como determina o pacto entre os gestores. Informou que o Colegiado de gestão municipal tem na sua constituição todos os gestores municipais e representantes do governo estadual, sendo eles os responsáveis pela formação das redes de atenção em linhas de combate da saúde, que passam, obrigatoriamente, pela criação das carreiras médicas, e adiantou que com isso poderiam os municípios, em conjunto com o Estado, definir para cada região de saúde as suas prioridades a partir do que já existe e executar os Planos de Desenvolvimento e Investimento (PDIs). afirmou que os Colegiados de Gestão Regional (CGRs) não possuem personalidade jurídica própria e por isso, na maioria das vezes, acabam determinando que esses compromissos caíam sobre os municípios mais desenvolvidos, o que muitas vezes na prática inviabiliza a criação de linhas e redes de cuidado da atenção integral à saúde, acrescentando que estão tentando formar redes de atenção à saúde no norte e nordeste de Santa Catarina através da criação de consórcios, a exemplo do que já foi constituído no norte de Minas Gerais, e registrando que há possibilidade de os consórcios criarem os seus planos de cargos e salários sem estarem agregados aos valores individuais ou às tabelas determinadas pelo serviço público. Citou como outro eixo estruturante do Pacto de Gestão a gestão do trabalho no SUS, destacando que o Ministério da Saúde deve formular diretrizes de cooperação técnica para a gestão de trabalho no SUS desenvolvendo estudos quanto a estratégias e financiamento tripartite da política de reposição da força de trabalho descentralizada e avaliando que as diretrizes do Plano de Cargos e Salários do SUS devem ser um instrumento que vise regular tanto as relações de trabalho e o desenvolvimento do trabalhador como a consolidação da carreira como instrumento estratégico para a política de recursos humanos do SUS. Prosseguindo sua explanação, disse ser preciso desenvolver ações para que sejam adotadas no serviço público as garantias dos direitos sociais e previdenciários dos trabalhadores, acabando com a precarização do serviço público, ponderando que embora tenham tido muitos avanços na área da regionalização, não conseguiram ainda vencer o grande desafio de estruturar um plano de cargos e salários dos trabalhadores do SUS, ao menos de um caráter regional. Enfatizou que como ainda não foi viabilizada uma política nacional ou uma diretriz nacional concebida no Pacto de Gestão, várias tentativas de solucionar a interiorização do serviço de saúde já foram tomadas, muitas delas sem eficácia, ou de eficácia duvidosa ou que nem chegaram a ser avaliadas, citando como exemplo o programa de interiorização do trabalho do serviço de saúde executado pelo Ministério da Saúde com o CNPQ nos anos 2000 e 2001 destinados a médicos recém-formados, que não atingiu os objetivos propostos, ou seja, fazer com que esses médicos fossem fixados em regiões longínquas deste país. Também citou como não eficaz a criação, por leis estaduais, das gratificações adicionais de interiorização. Reiterou que o Conasems, juntamente com o Cosems, tem defendido que a gestão do trabalho seja considerada uma estratégia prioritária na saúde e tem preconizado mudanças legais para se

adequar ao modelo constitucional do SUS, informando que o Conasems tem na gestão do trabalho e da educação em saúde uma de suas oito teses, cujos pontos principais são as alterações da Lei de Responsabilidade Fiscal para a saúde e a busca de soluções para os problemas quanto às formas de contratação dos profissionais de saúde pelos municípios. Informou também que os Secretários de Saúde estão colocando mais de 20% dos seus orçamentos e que o Siops poderia assegurar que estão sendo colocados, mesmo não contemplando a categoria dos médicos, quase 70% na folha de pagamento, o que inviabiliza qualquer outro sistema de investimento e qualquer outra finalidade de assistência médica. Na sequência, defendeu a criação de uma política de financiamento solidário e tripartite na implementação e no fortalecimento do trabalho no SUS e que sejam pressionados os serviços públicos que disponham de serviços de residência médica voltada às necessidades do SUS, complementando que o Ministério da Saúde já está encampando algumas residências médicas e determinando às gestões municipais quais as áreas de concentração prioritárias para a formação desses recursos no caso da Pediatria e da Ginecologia. Também defendeu a implementação de planos de cargos e salários no âmbito municipal com base nas realidades loco-regionais e nos acertos que possam ser feitos, argumentando que o salário de Bombinhas não tem que ser o mesmo de Flor do Sertão, no extremo oeste. Concluindo, observou que foi defendido no Ministério que devem fazer o serviço obrigatório civil público tanto os que se formam nas universidades públicas como aqueles que se formam nas residências. Dando sequência à audiência pública, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Genio Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina e coordenador do Conselho Superior das Entidades Médicas de Santa Catarina, que afirmou ser a saúde um tema que assusta todos porque sempre vem em mente o quanto vai ser gasto com saúde e não o quanto vai ser deixado de gastar se for prestada uma boa assistência à população, ressaltando que não será com concursos públicos oferecendo R\$ 600,00 que haverá médicos trabalhando em Municípios longínquos deste Brasil. Trouxe o resultado da pesquisa do Ibope segundo a qual 63% da sociedade nacional considera a saúde como a sua maior preocupação e lamentou a falta de atenção à saúde por parte das autoridades ao longo dos últimos anos, registrando que com a Constituição de 1988 a União investiu R\$ 60 bilhões na área da saúde em 1987 e que hoje investe, mesmo com o aumento da população, R\$ 55 bilhões, considerando isso inaceitável. Enfatizou que a tecnologia médica anda a passos largos e que é preciso dar à população de baixa renda a mesma medicina que é dada na saúde suplementar, argumentando que o pobre e o rico devem ter o mesmo tratamento de saúde. Opinou que gestores da saúde e dirigentes têm a obrigação de dar à população, independentemente da sua classe social, o direito de receber os avanços da medicina e que o médico precisa ter condições para exercer uma medicina digna, a fim de que ele se sinta motivado a prestar boa assistência. Justificou que não faltam médicos porque que nos últimos doze anos o número de médicos cresceu 27% e o da população cresceu apenas 12%, informando que um estudo do Conselho Federal de Medicina aponta que há um médico para cerca de 600 habitantes e que a Organização Mundial de Saúde preconiza um médico para cada mil habitantes. Avaliou que na cidade de São Paulo, que tem um médico para cada 239 habitantes, há má distribuição desses médicos, que se concentram nas grandes cidades em detrimento do interior, e reconheceu que para se ter uma distribuição homogênea no atendimento à população é preciso que haja um plano de cargos e salários do Estado, a fim de que no término de uma gestão política o médico não seja mandado embora, como ocorre na maioria dos Municípios, principalmente nos de pequeno porte. Enfatizando que os médicos querem ter carreira de Estado para se dedicar exclusivamente ao Sistema Único de Saúde, ter produtividade e, por merecimento, avançar na sua profissão, como acontece no Ministério Público, informou que tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei de autoria dos Deputados Eleuses Paiva e Ronaldo Caiado que trata de um plano de cargos e salários para os médicos. Continuando sua fala, informou que as entidades médicas catarinenses foram convidadas pelo Deputado Dado Cherm para discutir a proposta de emenda à Constituição com o objetivo de dar à população qualidade de vida e o atendimento que ela espera e manifestou a sua esperança de conseguir nesta audiência pública tanto a atenção necessária ao pleito apresentado como aliados nessa luta, explicando que para isso é necessário que se avance na Emenda Constitucional 29, que há dez anos tramita na Câmara dos Deputados. Advertiu que não dá mais para fazer saúde pública com misérias de recursos públicos e investimentos, deixando claro que defender a implantação de um plano de carreira médica no Brasil é possibilitar um amanhã melhor para a Nação. Finalizando, registrou que todos estão lutando por um futuro melhor e que esse futuro só poderá ser escrito pelas mãos daqueles que se comprometem com a vitória. Dando seguimento à audiência pública, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Cyro Soncini, presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina, que leu parte um texto publicado numa revista sindical que dizia que o Sindicato Médico era notório o fato de que médicos do SUS cumprindo a mesma função possuem ganhos diferentes e têm diversos tipos de vínculos empregatícios com o ente público; que a terceirização do setor da saúde acabou com garantias trabalhistas, reduziu vencimentos da categoria e não deu fim aos problemas dos vazios territoriais existentes; que

muitas cidades brasileiras permanecem completamente desprovidas de clínicos e especialistas, embora contem com juizes ou promotores, também trabalhadores de nível superior. Respondendo que sim à pergunta no texto se haveria solução para todas essas questões se o caráter de carreira de Estado fosse estendido à Medicina, ponderou que talvez não seja a carreira de Estado apenas para os médicos, que os outros trabalhadores da saúde também poderiam seguir o mesmo caminho, já que o SUS é composto por todos. Advertiu que não se pode esperar muita coisa da Câmara dos Deputados ou do Senado e deu como exemplo a regulamentação da Emenda 29, que há anos poderia ter sido aprovada pela base governista de olhos fechados, mas não há interesse. Sobre a regulamentação da profissão de médico, perguntou quando o Senado vai bater o martelo e dizer se concorda ou não, se apresenta emenda ou não. Prosseguindo, abordou a questão das escolas lúdicas, considerando-as em número acima do necessário, com capacitações inadequadas, projetos pedagógicos viciados e que não contemplam aquilo que interessa à sociedade, perguntando qual o controle que a sociedade faz em cima dessa parcela de possíveis universidades mercantilistas. Avaliou que cabe aos médicos tentar fazer com que o assunto seja mais debatido pelos trabalhadores da área da saúde com os Secretários Municipais de Saúde e com o Secretário de Estado da Saúde na busca de uma solução definitiva ou de um encaminhamento que possibilitasse todos os Municípios brasileiros terem não só especialista, mas também médico da Saúde da Família. Finalizando sua manifestação, parabenizou o Deputado Dado Cherem, agradeceu pelo convite e colocou-se à disposição para responder a qualquer questionamento. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Dado Cherem, registrou a presença do médico Vicente Caropreso, ex-Deputado Federal, e passou a palavra ao senhor José Francisco Bernardes, presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (Cremesc), que parabenizou a Assembleia Legislativa pela iniciativa de discutir um tema tão importante. Lembrou que o Conselho já discutiu amplamente esse assunto em março deste ano, num encontro nacional realizado Florianópolis, ocasião em que chegou à conclusão que a possibilidade é real e de fundamental importância para a manutenção e melhoria das condições de atendimento na saúde pública principalmente, ressaltando que existe base legal. afirmou que o Conselho Regional de Medicina é uma entidade médica que não tem como atividade precípua defender médico e que o trabalho é feito em defesa da sociedade, entendendo que aquilo que podem conseguir para melhorar a remuneração do médico certamente resultará em melhores serviços prestados à sociedade. Observou que a criação da carreira de Estado para médicos é para dar respaldo ao mandamento constitucional expresso no artigo 196, que reza ser a saúde um direito do cidadão e um dever do Estado, a qual deve ser oferecida com qualidade, integralidade e de forma equânime, acrescentando que o atual modelo de serviços médicos prestados à população se mostrou ao longo do tempo ineficiente, incompleto, intermitente e de qualidade aquém da ideal, sejam eles prestados pelos profissionais concursados, funcionários públicos ligados ao Poder Executivo ou pelos funcionários da rede credenciada complementar. Registrou que os médicos que são funcionários públicos federais não recebem reajuste decente desde 1994 e que não se pode esperar que uma massa de funcionários insatisfeitos desempenhe o seu máximo, deixando claro que a má qualidade dos serviços prestados não depende apenas da remuneração dos profissionais de saúde. Informou que cirurgia vídeoassistida no SUS não existe; que uma cirurgia ortopédica é feita por videoscopia para quem tem convênio e no “facão” para quem não tem; que falta planejamento adequado de serviços de saúde para uma população que não para de aumentar; que falta modernização nos equipamentos; que faltam profissionais, salientando que a falta de anestesistas no Hospital Regional de São José impediu a realização de cirurgias e causou um longo período de espera. Também informou que foram feitos vários concursos mas que pouquíssimos profissionais se inscreveram ou assumiram os postos devido à baixa remuneração, à falta de perspectiva em ascender na carreira, à insegurança quanto ao futuro e à aposentadoria e pela exposição a qualquer tipo de risco, inclusive agressão. Contou que tem 32 anos de medicina, dos quais 25 foram passados em pronto socorro, e que daqui a três anos a sua perspectiva é de se aposentar com um salário menor que R\$ 4 mil. Referindo-se à remuneração do serviço suplementar, disse que existe uma tabela única da rede conveniada com valores ridículos que traduzem com exatidão o desprezo pela manutenção da saúde da população, eis que são pagos R\$ 13,00 por consulta especializada e R\$ 189,00 por fratura de colo do úmero, enfatizando que é preferível atender pacientes de convênio ao custo de R\$ 45,00 cada consulta do que aceitar fazer uma cirurgia como essa adiantando que alguém tem quem faz-la porque as pessoas não merecem esse abandono nos hospitais públicos. Continuando, lembrou que um dos problemas apontados com frequência pelo Ministério Público e pela imprensa é o não cumprimento de horário por parte do médico e justificou que a função médica tem características especiais que dificultam a muitos profissionais atender o exercício rígido de horários, complementando que o controle das atividades do médico de carreira de Estado haverá de ser definido por lei complementar. Salientando não haver garantia de que a criação da carreira de Estado para médico ajudará na resolução dos problemas na saúde pública e avaliando que esta certamente desaparecerá se permanecer nos moldes estabelecidos pela Constituição Federal de

1988, disse que cada vez menos os jovens médicos se sentem atraídos pelo serviço público e que de cada dez egressos, três ou quatro fazem concurso público; os outros vão para consultórios atender por convênios. Explicou que um ultrassom leva até seis meses para ser realizado pelo SUS porque os médicos ultrassonografistas, além de terem que investir o seu tempo para receber apenas R\$ 16,00 por exame, podem ser processados se houver erro na emissão do laudo, tendo que pagar R\$ 500 mil, daí por que preferem o serviço de raio-X, porque é um técnico que o faz, eles só têm que dar o laudo depois. Finalizando sua manifestação, informou que a parte política e legal seria abordada pelos outros colegas. O senhor Presidente, Deputado Estadual Dado Cherem, registrou a presença do senhor Pedro Paulo das Chagas, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviço de Saúde Privado e Público Estadual (SindSaúde/SC), e passou a palavra ao Desembargador João Henrique Blasi, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que iniciou sua fala registrando a sua grata satisfação por ter sido convidado pelo presidente do Conselho Federal de Medicina, doutor Roberto D’Ávila, para participar de um evento daquela entidade em Florianópolis a respeito da Proposta de Emenda Constitucional nº 454/2009, que institui a carreira de médico de Estado, complementando que na oportunidade enfocou os aspectos jurídicos dessa PEC e destacou as partes que lhe pareceram mais relevantes. Explicou que pelo *status* da matéria, ela não poderia ser tratada por um projeto de lei complementar ordinário, e sim por emenda à Constituição, porque implica alterar texto da Constituição Federal. Reiterando que é uma emenda à Constituição Federal que organiza a carreira de médico de Estado, definiu carreira como provimento de um cargo em que a pessoa tem a perspectiva de progredir e ascender funcionalmente naquela carreira. Explicou o porquê ser médico de Estado e apresentou as funções de Estado, que podem ser agrupadas basicamente em três grandes segmentos: funções de Estado *stricto sensu*, funções econômicas e funções sociais. afirmou que não há nenhuma aberração de natureza jurídica quando se fala em carreira de médico de Estado porque a saúde, de acordo com o artigo 196 da Constituição, é um direito de todos e dever do Estado, esclarecendo que essa emenda constitucional irá inserir um novo artigo na Constituição, o artigo 197-A, segundo o qual, “No serviço público federal, estadual e municipal a medicina é privativa dos membros da carreira única de médico de Estado, organizada e mantida pela União”. Explicou que esses médicos de Estado, pela proposta apresentada, pertencerão ao quadro da União, portanto, serão remunerados pela União e irão atuar nos âmbitos federal, estadual e municipal. Na sequência, leu o inciso I, segundo o qual “a atividade de médicos de Estado, exercida por ocupantes de cargos efetivos, cujo ingresso na carreira dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com a participação do respectivo órgão de fiscalização profissional”, comentando que, da mesma forma que para ingressar no concurso da Magistratura ou do Ministério Público é imprescindível participação da OAB no concurso público, nesse concurso público para a carreira de médico de Estado faz-se imprescindível a participação do Conselho Federal de Medicina. Sobre o inciso II, que diz que “o médico de Estado exercerá seu cargo em regime de dedicação exclusiva e não poderá exercer outro cargo ou função pública, salvo uma de magistrado”, comentou que isso já é uma disposição da atual Constituição. No inciso III, destacou que “a ascensão funcional do médico de Estado far-se-á, alternadamente, pelos critérios de merecimento e antiguidade”. Sobre o inciso IV, que diz que “a lei estabelecerá critérios objetivos de lotação e remoção dos médicos de Estado segundo a necessidade do serviço e considerando, para a elaboração dos requisitos de remoção, a pontuação por lotação em localidades remotas ou de difícil ou perigoso acesso”, comentou que isso também ocorre nas carreiras da Magistratura e do Ministério Público, que são carreiras literalmente de Estado. Ato contínuo, leu o inciso V, segundo o qual “o médico de Estado não poderá, a qualquer título ou pretexto, receber honorários, tarifas ou taxas, auxílios ou contribuições de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nem participar do produto da sua arrecadação, ressalvadas as exceções previstas em lei”; o inciso VI, segundo o qual “o exercício administrativo e funcional do cargo de médico de Estado será, na forma da lei, regulado e fiscalizado por órgão colegiado federal que, com funções exclusivas de normatização, de correição funcional e de ouvidoria, compor-se-á paritariamente por médicos de Estado eleitos pela carreira, por representantes da sociedade civil não pertencentes à categoria médica e representantes do Ministério da Saúde”; o inciso VII, segundo o qual “os médicos federais concursados pelas regras anteriores à promulgação desta Emenda à Constituição constituirão carreira em extinção, sendo-lhes ressalvado o direito de migração para a carreira de Médico de Estado, conforme estabelecido em Lei”; o inciso VIII, segundo o qual “os médicos estaduais e municipais concursados pelas regras anteriores à promulgação desta Emenda à Constituição constituirão carreira em extinção”; e o inciso IX, segundo o qual “a remuneração da carreira do médico de Estado valorizará o tempo de serviço e os níveis de qualificação na área médica e terá seu piso profissional nacional fixado por lei”. Continuando, leu o artigo 3º da PEC 454: “Acrescente-se ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os seguintes artigos: Art. 96. Lei específica fixará remuneração inicial da carreira de médico de Estado em R\$ 15.187,00 (quinze mil, cento e oitenta e sete reais), e a reajustará anualmente, de modo a preservar seu poder aquisitivo.” Explicou que esse é o valor previsto para o início de carreira, ao qual é agregado um adicional por

tempo de serviço, e que a própria emenda constitucional já antevê a possibilidade ou a obrigatoriedade de reajustes anuais. Ressaltou que a matéria não é de fácil aprovação, porque exige três quintos de quórum especial na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional, e considerou a iniciativa louvável, principalmente pela segurança jurídica na aposentadoria. *(Taquígrafa-revisora: Ione Terezinha Reis de Melo.)* Lembrou que saúde e segurança estão em primeiro lugar em qualquer pesquisa de opinião pública e finalizou a sua manifestação, reiterou ser a iniciativa uma luz no fim do túnel que se pode divisar para a melhoria da prestação do serviço de saúde em nosso país e finalizou sua manifestação afirmando que essa iniciativa deve ser examinada, apoiada e aprimorada e que o debate no Parlamento fará que assim o seja. Em seguida, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Roberto Hess de Souza, Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina, que cumprimentou os componentes da mesa e os demais presentes e parabenizou o Deputado Dado Cherem por discutir uma questão tão séria, acrescentando que o Deputado Dado havia preparado os funcionários já pensando na importância de o SUS ter gestores. Comentou que a questão do médico no interior foi tema de discussão durante muito tempo dentro da Secretaria de Estado da Saúde e contou que participou, juntamente com o Dellagiustina, da criação de várias propostas de trabalho, como o Programa Catarinense de Descentralização Médica, que, por uma série de questões jurídicas e financeiras, não pôde ser implantado. Mencionou que esse tema sempre foi uma preocupação na Secretaria, porque era visível a angústia dos Secretários Municipais em relação ao atendimento à população, e revelou que o assunto médico como carreira de Estado foi visto como uma luz no fim do túnel no sentido de se ter uma solução nos quesitos médico, demais profissionais da área da saúde e formação de recursos humanos nessa área. Lembrou as questões que o Genoir levantou em relação à saúde pública e ao SUS, comentou que era fácil criticar todo o SUS por ele ser recente num país que discriminava as pessoas, como o Celso colocou, e rebateu que o SUS universalizou essa questão e tem diretrizes, princípios norteadores, admitindo que o Sistema tem dificuldades. Comentou que a Folha de S. Paulo havia publicado uma crítica ao SUS de Santa Catarina por não cumprir com os 12% da saúde e revelou que tinha entrado em contato com o repórter da Folha para lhe informar que dos 27 Estados, 23 cumprem com mais de 11% e que quase a totalidade dos municípios ultrapassam os 20% na saúde, quando deveria ser 15%. Complementou que em nenhum momento a reportagem se referiu aos 10% com que o governo federal tem que entrar e registrou que no ano passado o governo federal entrou com 4,5% e este ano com 5%, acrescentando que a Secretaria de Estado da Saúde cumpriu com 11,74%, segundo o que constava na reportagem. Novamente parabenizou o Deputado Dado Cherem por ter sido aprovado na Alesc o fim dos inativos, lembrando que isso resulta em mais R\$ 70 milhões na saúde no ano que vem e que será refletido na remuneração dos profissionais da saúde. Declarou que o atual comprometimento orçamentário da Secretaria de Estado da Saúde com a folha de pagamento é 56%, sendo que quatorze hospitais são administrados pelo Estado. Declarando que existe uma situação mais séria e mais grave, que é a judicialização da saúde, citou o número de ações judiciais que o Estado teve na área da saúde e seus respectivos gastos e indagou quem tinha acesso a esses advogados e a essas medicações. Comentou que esse tema foi amplamente abordado em Criciúma, onde esteve com o doutor José Trindade dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça, que disse que a situação é insustentável e que se não houver uma solução do ponto de vista da conversa entre a Magistratura, os médicos e a sociedade, o Sistema Único se tornará inviável. Informou que este ano o Estado já gastou mais de R\$ 50 milhões e sinalizou que o foco é parar com essa "onda", porque se chegará a R\$ 130 milhões em medicamentos judiciais, e não medicamentos excepcionais. Como pneumologista, enumerou fatos característicos da sua função, como a liberação de um paciente para colocar uma prótese importada em Curitiba enquanto que a Anvisa disponibiliza o mesmo material; a prescrição de medicamentos a pacientes que, mesmo sabendo que não surtirão efeito algum neles, é obrigado a receber por ordem judicial, sintetizando o que significa a Justiça de um lado e de outro o gestor: cumprimento da ordem judicial ou detenção/ punição. Acrescentou que estava entrando nessa seara porque o SUS precisa ter gestão para se fazer protocolos clínicos e para que os profissionais trabalhem produtivamente, comentando que o que se paga em Santa Catarina para o profissional médico se destaca em relação ao País; que o Estado tem o menor índice de mortalidade infantil e a melhor expectativa de vida; que o Estado recentemente imunizou três milhões de pessoas contra a H1N1; que Santa Catarina tem o melhor sistema de transplantes, com telemedicina em 193 municípios, o que representa oito mil laudos por mês; entre outras conquistas conseguidas não através da Secretaria de Estado da Saúde, mas através do Sistema Único de Saúde. Expressou sua opinião como Secretário de Estado da Saúde no sentido de ser interessante essa questão do médico no interior do Estado, concordando com o Desembargador Blasi quando disse que não existe nenhum absurdo jurídico em o profissional de nível superior, formado em medicina, escolher onde quer atuar, a exemplo do advogado, que escolhe se quer advogar ou prestar concurso na área jurídica. Considerou que Santa Catarina deu um passo ao acabar com os inativos e que isso a leva, consequentemente, a cumprir com os 12% do Orçamento do Estado. Anteviu

que antes de se aprovar qualquer PEC deve-se aprovar a PEC 29, porque assim se terá 100% a mais de recursos do governo federal investidos no Sistema Único, frisando que esse é o ponto mais importante na luta pelo SUS. Quanto à carreira de médico de Estado, qualificou-a como uma solução inteligente, viável e barata porque se fala num salário de R\$ 15 mil para um profissional que atende oito horas por dia somente os seus pacientes, sem se preocupar com plantão ou com consultório, o que possibilita uma significativa qualidade no atendimento às pessoas, uma melhora na prevenção e uma diminuição das doenças, destacando que não é uma questão de disputa, mas uma questão de entendimento, porque trará uma resposta objetiva à população na questão saúde e no acesso ao atendimento da população. Mais uma vez parabenizou o Deputado Dado por trazer esse assunto à pauta e advertiu que não se deve mais perder tempo com processos burocráticos que só darão solução daqui a quatro, cinco anos, opinando que se coloque para o Congresso Nacional que essa é uma matéria de urgência urgentíssima. Afirmou que acredita no Sistema Único de Saúde e informou que o SUS tem como modelo a Espanha, que tem um sistema inteligente, ao qual a população tem acesso e pelo qual os profissionais têm remuneração decente. Finalizou sua manifestação enfatizando que a Secretaria acredita na carreira de Estado e que está trabalhando, juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Saúde, no sentido de levar esse assunto à discussão no Congresso Nacional. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Dado Cherem, agradeceu aos palestrantes e reiterou que só realizou a audiência por enxergar uma luz no fim do túnel, salientando que apesar das dificuldades, porque vão mexer com a questão financeira, esse projeto de emenda constitucional realmente começa a ganhar corpo, acrescentando que terá que haver um esforço e um amadurecimento muito grande para que se evolua nesse sentido. Prosseguindo, abriu a palavra à plenária, começando pela médica Guidya Souza da Silva, neste ato representando o Secretário de Saúde de Tubarão, que, abordando a questão dos especialistas, sugeriu que seja previsto na carreira de médico de Estado o especialista em família. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Dado Cherem, leu a seguinte pergunta enviada à mesa pela senhora Eliane Fregulia: "Qual o impacto que levantará essa proposta frente aos outros profissionais da equipe multiprofissional, os odontólogos, enfermeiros e farmacêuticos?", confessando que não sabia a resposta e indagando se algum membro da mesa a sabia. A senhora Eliane Fregulia aproveitou a oportunidade para registrar que estava representando o Município de Rio Fortuna e para expressar seu entendimento de que isso iria gerar um impacto grande nos outros profissionais porque estes iriam achar que o salário deles era muito baixo. O senhor Presidente, Deputado Dado Cherem, lembrou que é a União que bancará esse salário e, para esclarecer esse assunto, concedeu a palavra ao senhor Celso Luiz Dellagiustina, que primeiramente falou da importância da atenção básica e informou que a maioria das dificuldades na média e alta complexidade é porque os médicos não são resolutivos na atenção básica e que é na atenção básica que está o grande desafio do modelo da inversão de saúde, salientando que pretendem obter um grau de resolução efetiva e, a partir daí, ter um sistema ascendente, hierarquizado, que permita cumprir o que está na Constituição, que garante a integralidade em todos os níveis de atenção da saúde. Considerando bem colocado o assunto referido pela senhora Eliane, comentou que várias universidades já discutem a fragmentação *versus* a integralidade do indivíduo. Citou algumas dificuldades que o projeto enfrenta por estar na contramão da solidariedade tripartite e, adiantando que se está criando uma categoria de médicos da União que será colocada à disposição dos municípios como forma de carreira, opinou que não se está garantindo os demais profissionais da equipe de saúde da atenção primária, que são indispensáveis na pirâmide de saúde hoje. Revelou que não sabe a posição do Conasems e frisou que se deve fazer melhorias incontestes. Em seguida, abordou a questão da ascendência e da antiguidade, evidenciando que a antiguidade não representará a melhoria da qualidade. Reiterou o que disse o Secretário de Estado da Saúde, ou seja, que existem questões gerenciais que passam pela aprovação da Emenda 29. O senhor Presidente, Deputado Dado Cherem comentou que foi numa conversa com o doutor Marco Antônio, Vereador de Blumenau, que surgiu a ideia de realizar a presente audiência e passou a palavra a ele. O senhor Marco Antônio Wanrowsky, médico e vereador de Blumenau, inicialmente disse que a posição dos membros da mesa foram claras e que concordava com elas, salientando que a discussão sobre a carreira de médico dentro do SUS traz os outros participantes da cadeia da atenção básica. Comentou que em Blumenau tiveram dificuldades na manutenção dos médicos na rede e deixou registrado que, como Vereador e em comum acordo com o Prefeito, havia criado um projeto de lei que trata da produtividade sem o cartão-ponto, salientando que isso possibilitou um acesso à remuneração mais adequada em relação à produtividade. Afirmou que defende o Sistema Único e enfatizou que não cumprir o que está escrito na Constituição é enganar, opinando ser fundamental que nesse projeto sobre o médico como carreira de Estado se inclua o médico da família. Informou que é professor da Furb, que a entidade tem pós-graduação e residência médica em Saúde da Família e, avaliando que se deve mobilizar os conselhos municipais de saúde, mencionou as dificuldades no Hospital Santo Antônio, na época em que foi diretor, quanto à remuneração e à permanência dos médicos, acrescentando que essa

situação melhorou com a colaboração do Estado e do município. Prosseguindo, assinalou que a posição do Deputado Dado Cherem gera polémica e pediu que as entidades mobilizassem os médicos, comentando que em um Congresso Brasileiro de Ginecologia havia mil e tantos congressistas e apenas trinta médicos. Frisando que saúde se faz com discussão coletiva, contou que em Blumenau, no último concurso de especialidades, foram oferecidos vinte horas e um salário de R\$ 1,5 mil para preenchimento de dez vagas para Ginecologia, sendo que apenas dois se inscreveram e talvez nenhum assumiu. (*Taquígrafa-revisora: Sabrina Roberta Schmitz*.) Discorreu sobre as dificuldades para contratar profissionais na rede pública e sobre o tempo que o paciente tem que esperar para fazer desde um simples procedimento a uma cirurgia mais complexa e contou que atende na universidade muitos pacientes que não fizeram correção de incontinência urinária, que é uma coisa extremamente simples, porque o sistema público não oferece condição ao profissional, acrescentando que em decorrência disso acontece a terceirização e que é dever do Estado prover e resolver essa questão. Pediu aos colegas para não terem medo de enfrentar a situação e trabalharem em conjunto com todos os profissionais da saúde, lutando por todos e por tudo aquilo que se fizer necessário. Encerrou sua manifestação parabenizando o Deputado Dado Cherem pela iniciativa. Dando prosseguimento à audiência pública, o senhor Presidente concedeu a palavra ao doutor Ricardo Camargo Vieira, Vereador do PCdoB de Florianópolis, que cumprimentou os presentes e disse que a sua fala seria um pouco misturada, já quealaria como médico de família e comunidade, como servidor municipal e estadual e como Vereador de Florianópolis. Disse que estava muito feliz pela discussão da PEC 454, por ter ouvido dos representantes do CRM, da ACM e do Simesc que saúde é determinada socialmente e que essa proposta vai trazer qualidade no atendimento, bem como por ter ouvido que o conceito de saúde envolve outras questões que não só a remuneração do médico, como políticas públicas de saúde, e interssetorialidade do trabalho de todos os profissionais da saúde. Reiterando a proposta apresentada anteriormente por sua colega de profissão sobre a necessidade de se fazer uma divisão a partir de especialidades médicas que contemple também os outros profissionais de saúde, avallou que só essa proposta não contempla a satisfação no trabalho, acrescentando que pesquisas mostram que médicos e profissionais de saúde são os que têm menor perspectiva de vida entre todas as profissões. Frisou que é preciso discutir mais amplamente o tema, e não focar só a remuneração dos médicos, para não se incorrer num grande erro. Adiantou ao Secretário que haveria greve dos servidores estaduais da saúde na próxima terça-feira e parabenizou o Deputado Dado Cherem por trazer essa discussão para a Assembleia, ressaltando que não podia fazer o mesmo em relação à Secretaria da Saúde devido à situação em que o novo Secretário a encontrou, opinando que tanto a saúde como as políticas públicas deixam muito a desejar. Finalizou a sua manifestação ressaltando que a proposta pode se tornar inócua se não houver a parceria com todos os profissionais de saúde e a interssetorialidade. A seguir, o senhor Presidente concedeu a palavra ao doutor Rogério Correia, médico legista, que perguntou se os médicos forenses e os peritos oficiais estariam enquadrados na PEC 454 ou se haveria algum impedimento jurídico, obtendo como resposta do Desembargador João Henrique Blasi que, em princípio, não haveria nenhum impedimento. Ato contínuo, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Cláudio Pedro Vitorino, do SindSaúde, que iniciou anunciando que nãoalaria em nome do SindSaúde com relação à Medicina, que daria a sua opinião própria, adiantando que ela iria desagradar a maioria dos presentes. Teceu alguns comentários sobre as reivindicações dos médicos e disse que o problema da Medicina está no Estado brasileiro, que não dá condições ao favelado, ao filho do traficante, ao negro de se formar em Medicina; que só a elite estuda Medicina e isso traz sérios problemas, por exemplo, a soberba, a arrogância da classe médica em relação a outros profissionais. afirmou que os Deputados deveriam se preocupar em garantir a igualdade de acesso aos cursos de Medicina e advertiu que vai haver reação da categoria, argumentando que não só o médico deve ser bem remunerado, mas todas as categorias da área da saúde. Enfatizou que é preciso rever a PEC e o Ato Médico, que a saúde tem que ser vista como um todo, anteendo que a dificuldade de contratação de profissional para o interior seria resolvida se, por exemplo, o filho do agricultor fizesse Medicina e voltasse para prestar um bom serviço na sua cidade de origem. Encerrou sua manifestação dizendo que as questões precisam ser repensadas para se corrigir uma distorção histórica da Medicina e ela deixar de ser uma profissão mantida nas mãos da elite. Em seguida, o doutor Cyro Soncini, presidente do Simesc, comentou as palavras do senhor Cláudio Pedro sobre o fato de só a elite fazer Medicina, afirmando que o projeto de lei sobre a carreira de médico de Estado pretende que qualquer um formado em Medicina vá trabalhar no interior e que existe a perspectiva de depois ir para outro lugar. Ressaltou que o curso de Medicina exige muito preparo técnico para poder fazer frente ao vestibular, que são poucas as universidades com curso de Medicina e que o projeto foi feito por dois médicos, por isso a proposta para os médicos. Ponderando que não é destruindo algo que foi feito pelo outro que se avança na expectativa de se alcançar todos, citou como exemplo o fato ocorrido há poucos dias na Assembleia com uma medida provisória que atenderia apenas "x", por isso ninguém foi contemplado. Concluiu dizendo que uma obra divisionista não resolve. Dando

seguimento à audiência pública, o senhor Presidente concedeu a palavra à senhora Marta Rinaldi Müller, conselheira federal suplente do Conselho Federal de Medicina (CFM), que transmitiu os cumprimentos do presidente do CFM, Roberto Luiz D'Ávila pela iniciativa e parabenizou os componentes da mesa pelas brilhantes explicações. Disse que gostaria de ressaltar dois aspectos: que os médicos sabem que não se faz Medicina nem sem financiamento nem sozinhos e que esse projeto pretende incluir isso, afirmando que quando se traz situações reais, as repercussões são maiores. Revelou que os municípios estão sofrendo porque os médicos não se comprometem com o serviço público, reforçou que pretendem com esse projeto a qualidade e o comprometimento do atendimento à população e esclareceu que de forma alguma o projeto pretende ser contrário aos demais profissionais, porque sozinho não se faz Medicina de qualidade. Concluiu dizendo que esses dois aspectos ora o entendimento do Conselho Federal de Medicina, dos conselhos regionais, das entidades médicas e que acreditava ser do entendimento de todos os médicos também. Ato contínuo, usou da palavra o doutor Vicente Caropreso, médico neurologista e ex-Deputado Federal, que cumprimentou os presentes e o Deputado Dado Cherem pela realização da audiência pública. Concordeu com a doutora Marta quanto a ter-se algum princípio para melhorar definitivamente o comprometimento de alguém que vai fazer determinado serviço e deu como exemplo a última campanha política em Jaraguá do Sul, que tinha como um dos motes aumentar as equipes de saúde da família, que eram doze e hoje são apenas sete. Reconheceu que o projeto vai ter problema e afirmou que de alguma maneira tem que se começar a distribuir e estimular o médico e a sua equipe de saúde, complementando que o médico responde nas esferas civil, penal e profissional pelos seus erros, que é o médico que conduz a maioria de todos os procedimentos e que um posto de saúde não funciona sem um médico, e se funciona, é de maneira muito rudimentar. Enfatizou que é de suma importância a regulamentação da Emenda 29 e disse que participou dos debates em 1999 e 2000, quando ela foi promulgada, lembrando que as Disposições Transitórias destinavam um percentual do PIB para as ações e serviços públicos de saúde e que, depois que as Disposições Transitórias acabaram, a Emenda 29 ficou uma vitória sem razão. Encerrando, disse que é importante a sociedade se mobilizar e cobrar de seus candidatos que se manifestem publicamente e se comprometam com esse problema de alta relevância social. Fazendo uso da palavra para as suas considerações finais, o doutor Cyro Soncini lembrou as palavras do doutor Marco Antônio sobre a necessidade de se fazer alguma coisa e aproveitou para registrar que, com relação à judicialização da Medicina, os médicos se reuniram em Criciúma no final da semana passada com autoridades ligadas ao assunto para debater essa maneira ingrata que tem sangrado tanto os cofres públicos e buscar soluções, acrescentando que um magistrado presente no encontro leu parte da Recomendação 31 do Conselho Nacional de Justiça, estabelecida depois de debates no Supremo Tribunal Federal, que recomenda aos Tribunais de Justiça dos Estados "que até dezembro de 2010 celebrem convênios que objetivem disponibilizar apoio técnico composto por médicos e farmacêuticos para auxiliar os magistrados na formação de juízo de valor quanto à apreciação das questões clínicas apresentadas pelas partes das ações relativas à saúde, observadas as peculiaridades regionais". Saliendo que esse é o caminho, porque a integralidade é um conceito estabelecido na Constituição, informou que esse debate em Criciúma finalizou num acordo entre todas as partes envolvidas e que, assim sendo, Santa Catarina vai cumprir essa recomendação, que trará benefício para todo mundo. Em seguida, usou da palavra o senhor Celso Luiz Dellagustina, que agradeceu a oportunidade que o presidente do Cosems/SC teve para discutir tão importante tema e a presença dos Secretários Municipais. Falando como gestor municipal e construtor do Sistema Único de Saúde, avallou que se avançou muito no Sistema de Saúde mas que muito ainda há por se fazer, registrando que as evoluções e os indicadores de saúde mostram ações coletivas e esforço de solidariedade entre o Estado e municípios. Encerrando suas considerações finais, reafirmou que a questão do trabalho de gestão é um ponto fundamental para melhorar o Sistema Único de Saúde. Na sequência, usou da palavra o Desembargador João Henrique Blasi, que mais uma vez cumprimentou o Deputado Dado Cherem pela iniciativa e abordou a questão do fornecimento de medicamento pela via judicial para não parecer que, como membro do Poder Judiciário, havia se omitido de debater a questão, afirmando que se é grande o volume que o Estado desembolsa com essa questão, maior o seria se algumas medidas não tivessem sido adotadas pelo Tribunal. Disse que se tem que levar em consideração a absoluta autonomia funcional e a liberdade intelectual que o juiz tem e que nem mesmo a maior autoridade do Poder Judiciário, que é o Presidente do Supremo Tribunal Federal, tem a possibilidade de influir no juízo de valor de qualquer juiz; que os quatrocentos juizes que existem no Estado têm a liberdade de firmar sua convicção pessoal sobre os processos, acrescentando que Direito é antes de tudo razoabilidade, que a razão é a pedra angular do Direito. Recordou que alguns anos atrás o doutor Edward Araújo, presidente do Conselho Regional de Medicina à época, fez uma exposição muito interessante sobre órteses, próteses e outros aparelhos e citou as medidas concretas que foram tomadas a partir dali: solidariedade entre União, Estado e município no fornecimento de medicação; fornecimento de um remédio genérico ou outro medicamento menos dispendioso,

com o mesmo princípio ativo, no lugar do remédio que a parte solicitou; não aceitação de fármacos que não tenham sido registrados pela Anvisa; determinação da pericia médica em todos os casos. Concluiu dizendo que era preciso mais e que esse mais pode ser feito através de novas audiências públicas, acrescentando que o Poder Judiciário estava à disposição e que tinha que ficar bem claro que cada juiz é senhor da sua decisão. Em seguida, manifestou-se o senhor Roberto Hess de Souza, que disse ser importante encaminhar o novo momento do Sistema Único de Saúde, enfatizando que já são vinte anos desde a Lei 8.080, de 1990, e que é muito pouco tempo para um sistema de saúde. Também afirmou que é um bom momento para se discutir a formação de recursos humanos e a remuneração desses recursos humanos na área de saúde. Fazendo uso da palavra, o senhor José Francisco Bernardes, em nome do Conselho, agradeceu ao Deputado Dado Chereim o convite para participar da reunião e disse que é entendimento do Conselho que tanto o PL 7.703, que regulamenta o Ato Médico, quanto a PEC 454 são projetos interligados, afirmando que esse modelo hospitalocêntrico, centrado na figura do médico, está morto e enterrado e que o modelo atual é descentralizado e multidisciplinar. Ressaltou que a PEC não faz nenhuma obstrução nem cria dificuldade às outras categorias e que dividir é ruim, que devem se unir. Concluiu dizendo que a reunião foi extremamente produtiva. A seguir, usou da palavra o doutor Genoir Simoni, que agradeceu ao Deputado Dado Chereim a oportunidade de debater um tema tão fundamental e a todos que prestigiaram a reunião. Disse que falar de saúde era muito simples quando não se estava na frente de um paciente do SUS e que era difícil se fazer uma saúde de qualidade. Expressou sua convicção que um plano de cargos e salários do Estado levará os médicos para os municípios e os deixará com vontade de permanecer efetivamente ali, se não um médico especialista, médicos num sistema ascendente de complexidade em todas as regiões de Santa Catarina, e solicitou ao Secretário que levasse as considerações ao seu pré-candidato à Presidência da República, pedindo aos colegas médicos de outras correntes partidárias que fizessem o mesmo. Manifestou seu desejo de a PEC ser efetivamente debatida na Câmara dos Deputados e de se ter êxito para garantir um atendimento melhor à população de Santa Catarina e do Brasil, acrescentando que esse era o desejo de todas as entidades médicas. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Dado Chereim, agradeceu aos membros da mesa e aos demais participantes e apresentou os três encaminhamentos tirados na audiência pública: primeiro, enviar proposição aprovada por esta Casa à bancada da saúde no Congresso Nacional, para lutar cada vez mais pela proposta; segundo, enviar a proposição aos pré-candidatos à Presidência da República para que defendam a PEC 454, para se avançar na questão e não ficar como a regulamentação da Emenda 29, que está empacada no Congresso por falta de vontade política; e terceiro, apelar que as Secretarias Municipais de Saúde capilarizem a discussão nas Câmaras Municipais e nas Secretarias Regionais para que o debate possa ser ampliado no âmbito dos municípios a fim de que a população tenha ciência do que ocorre e da perspectiva real do que está acontecendo, sensibilizando assim os candidatos à Câmara Federal. Feito isso e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu mais uma vez a participação de todos e encerrou a audiência pública.

DEPUTADO DADO CHEREM
PRESIDENTE
*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

Ata da 5ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, realizada em 04 de maio 2010.

Às 18h00min do dia 01 de junho do ano de 2010, na sala de reuniões das comissões número 01, da assembleia legislativa, sob a Presidência do Deputado Pedro Uczai, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Deputado Lício Mauro da Silveira, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Serafim Venzon, Deputado Edison Andrino, Deputado Darci de Mattos representando o Deputado Cesar Souza Junior, e, Também o Deputado Dirceu Dresch além do senhor Silvestre Heerd, Secretário de Educação do Estado de Santa Catarina e a professora Rogéria, diretora de assistência ao estudante da secretaria de Educação do estado de Santa Catarina, também o senhor Antonio do conselho da merenda escolar. O Presidente leu a ata da reunião anterior, e, colocou em apreciação, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. O senhor presidente propôs que esta reunião ouvisse o senhor secretário, e, a senhora diretora que foram convidados para esta reunião, a fim de esclarecer a questão da merenda escolar, e, o processo de terceirização deste serviço, em seguida a palavra seria aberta aos senhores deputados para suas intervenções e questionamentos, depois para o público presente. Acertado a metodologia, a palavra foi passada ao senhor secretário que discorreu, sobre a importância da

terceirização dos serviços, e, que acredita que a terceirização seja consenso, que a prioridade da educação é o ensino aprendizagem, que serviços de alimentação, segurança, limpeza, e, outros serviços complementares, devem ser terceirizados, que a terceirização é um processo irreversível, pois grande parte do tempo dos diretores eram desviados para os serviços complementares, que antes de tomar esta decisão, houve muita reunião, que hoje, pode haver erros, ainda mais neste processo de implantação tão recente, mas que se está fiscalizando para acertar, que a legislação esta sendo observada, no tocante a aquisição e qualidade dos alimentos. Em seguida passou a palavra a senhora Rogéria, que discorreu sobre o processo de terceirização tendo como base o processo feito em São Paulo, que lá estiveram e que identificaram os problemas de lá, para melhorar aqui o processo de licitação, estabelecendo o cardápio. Falou sobre a atuação do tribunal de contas e da adequação do processo segundo orientação do TCE, da ação do ministério público, sobre os problemas do cumprimento da obrigatoriedade de aquisição dos produtos da agricultura familiar, pela falta de quantidade de produto, pela compra de grande quantidade a ser comprado. Falou também sobre os valores e a possibilidade de aproveitamento das merendeiras que estavam nas escolas, que algumas foram aproveitadas, outras não quiseram ser contratadas porque os salários das empresas contratadas eram menores, outras não passaram no exame de saúde, muitas com micose nas mãos. Na profissionalização dos serviços, disse que a forma com que se tratava a preparação do alimento escolar era muito empírica, que era preciso ter mais profissionalismo até que questão de higiene, acompanhamento de nutricionista. Sugeriu que fossem aos colégios e conversassem com os alunos, para saber da sua satisfação. Também propôs que fossem juntos com a secretaria de educação aos colégios. Finda sua manifestação o presidente consultou os senhores Deputados para ouvirem o senhor Antonio, que é membro do conselho de alimentação escolar de SC, que tinha algumas informações que poderiam subsidiar suas intervenções, aceita a proposição, tomou a palavra o senhor Antônio, que manifestou sua concordância com a terceirização dos serviços, mas, questionou a forma e a falta de participação do conselho escolar, a falta de aquisição de produtos da agricultura familiar, porque as empresas não querem pagar o que é justo ao agricultor, a dificuldade para vistoria nas unidades escolares, que anteriormente era feito com mais frequência, duas vezes por semana, e, agora só uma vez por mês, também apresentou alguns slides, demonstrando que a falta qualidade das merendas, verduras e legumes já inadequados para consumo, reaproveitamento de alimentos, portanto, não era o que dizia o secretário e a diretora, a higiene no armazenamento, também foi alvo de crítica, bem como a origem dos alimentos. Reafirmou ser favorável a terceirização, mas não da forma como está sendo feito em Santa Catarina. Tomou a palavra o senhor deputado Serafim Venzon tomou a palavra e fez sua manifestação elogiosa ao processo de terceirização, dizendo que esta é uma tendência natural em todo o Brasil, elogiou a explanação do senhor secretário e da senhora diretora, que passamos de um processo empírico na preparação de alimentos para um processo profissional, de alimento balanceado, que este processo é muito melhor. Se houve algum equívoco não é por conta do senhor secretário ou da senhora diretora. Manifestou-se também o senhor deputado Darci de Mattos, e, que também elogiou todo o processo pela forma como foi conduzida, a relação desta terceirização com a feita em São Paulo, e, que no processo de licitação só ele como deputado estava presente. Para concluir, disse que aparentemente o valor de um real e cinquenta e cinco centavos possa parecer caro, mas se analisar o custo benefício não é Deputado Valdir Cobalchini, diz que este assunto já foi muito discutido no âmbito desta casa, que considera muito oportuno a vinda do senhor secretário e da diretora para melhor esclarecer a toda a comunidade, elucidando as dúvidas que ainda possam permanecer, já ouviu que cerca de cinco mil merendeiras foram demitidas, e gostaria de ter esclarecimentos disto, quantas foram aproveitadas, quantas foram demitidas e os valores de salários de antes depois da terceirização. Também quer saber quanto às adaptações do espaço físico para preparação das merendas Também saber por que o edital daqui é uma cópia do edital de São Paulo, quer saber também quanto aos níveis de satisfação dos alunos, e do cumprimento da lei, que pelo menos trinta por cento seja adquirido da agricultura familiar, também acha que esta reunião já atingiu seu objetivo. Deputado Lício, com relação ao comparativo de custo, na autogestão o valor unitário médio por refeição era de R\$ 0,74 (setenta e quatro centavos), no edital inicial a proposta era de R\$ 1,26 (um real e vinte e seis centavos), e, o contratado foi de R\$ 1,57 (um real e cinquenta e sete centavos), isto significa cento e doze por cento a mais, por isto aparece o debate em plenário de super faturamento, até porque o salário das merendeiras ficou mais baixo, por isto preciso de uma explicação para isto, não sou contra a terceirização, mas tem estes aspectos que precisam ser elucidados, quanto ao nível de satisfação tem um apresentado pela senhora diretora e outros aspectos apresentados pelo senhor Antonio, por isto vou aceitar o convite de ir visitar as escolas, mas, umas

agendadas pela senhora, e, outras vou com o senhor Antonio, para constatar o que cada um fala. Deputado Pedro. Com relação ao preço quero saber se a secretaria de educação tem conhecimento d estudo da FIPE/USP de São Paulo, onde diz que o custo da terceirização é sempre muito mais caro que a autogestão, segundo lugar não era muito melhor adequar melhorar aquela forma de se fazer a merenda escolar? Agora vou fazer alguns questionamentos que o deputado Dirceu Dresch deixou, os técnicos do tribunal de contas emitiram parecer onde não se podia fazer processo licitatório daquela forma, este foi alterado, e, os técnicos do tribunal mantiveram o parecer. Mesmo que depois alteraram e foi dado continuidade ao processo. Porque a secretária de educação fez tantas exigências no processo de licitação, muito mais que a lei das licitações, estes critérios eram pra trazer as empresas que já estavam especializadas nisto, se eram especializadas porque então tantos problemas na implantação? Porque este critério de especialização não permitiu que nenhuma empresa de Santa Catarina ganhasse uma licitação. Por quê? Porque que no processo do pregão eletrônico com estas empresas especializadas participando se paralisou o processo de forma que empresas que estavam participando do pregão depois de uma reunião reservada deles desistiram de determinados lotes, permitindo que três das quatro empresas de São Paulo ganhassem lotes, quero informar que o ministério publico de São Paulo, conseguiu cancelar o processo lá que deverá ser feito novamente, e Santa Catarina fez o processo igualzinho, eu não entendo porque para o pregão, nunca vi isto, eu fui prefeito de Chapecó, e fizemos pregão eletrônico, mas nunca vi disto, parar por quinze minutos para que as empresas concorrentes fizessem reunião reservada e depois retomar o pregão. Quarta questão, o que é coisa pública não dá pra ser eficiente, não dá para ser competente, eficiente, ou é questão de gestão. Não se poderiam qualificar os serviços, treinar pessoal, e gestores? Ou se jogou a criança com a água fora? E os recursos do estado vão embora. Como vai se dar o encontro dos trinta por cento da aquisição da merenda escolar da agricultura familiar, outra questão é possível retomar as visitas semanais pelo conselho de alimentação escolar? Questionou ainda a relação de preços e qualidade na compra de quantidade, e a política de viabilidade da agricultura familiar? E os hábitos alimentar mais saudável no processo educativo, Deputado Lício propõe que se faça na comissão de educação todos os questionamentos possíveis e em uma próxima reunião os convidados respondem, a senhora Rogéria diz que está preparada para responder todos os questionamentos, fala a senhora Manuela que é nutricionista. O presidente propõe que sejam dados doze minutos para respostas breves e que após se acate a proposta do Deputado Lício. O Secretário toma a palavra, e de pronto passa para a professora que passa a responder às questões mais ligadas a lisura do processo, e diz que prefere pecar por excesso de zelo, por isto as exigências, para não permitir que empresa de fundo quintal ganhe e exponha a risco, esclarece também que não é um pregão, mas uma licitação e que a assessoria deu parecer pela legalidade da suspensão, porque são legalistas. Quanto à reunião que fizeram não foi na frente dos membros da secretária, por isto não podem impedir, justifica ainda o preço que a pesquisa foi feito em dois mil e sete e que já não correspondia mais a realidade, portanto foi preciso elevar o valor para atrair interessados, explicou ainda mais detalhes do processo, findo sua fala o presidente colocou em discussão o requerimento do Deputado Lício para uma audiência pública para tratar das questões que afligem a Fundação Catarinense de Educação Especial. O que foi aprovado por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu aos Deputados pela presença, aos funcionários, e deu por encerrado os trabalhos desta reunião, da qual eu, Ivelise Sell Maciel, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 2010.

Deputado Pedro Uczai

Presidente da CECD

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAFÉ COM ENTREGA MENSAL PROGRAMADA

DATA: 26/07/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na

Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 21 de julho de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (. Florianópolis, 14 de julho de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 343/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE-FLORIANÓPOLIS

Fundada em 26-08-64, Reg. Utilidade Pública Federal e Municipal, Reg. Secretaria da Educação - SC - nº 2095 de 14 - 01 - 85

Rodovia Admar Gonzaga, nº 2937 - CEP 88034-002 - Fone: 39533000/Fax:3953-3020 - Itacorubi - Florianópolis - Santa Catarina
OFÍCIO Nº 53/10

Florianópolis, 05 de julho de 2010.

Ilmo. Senhor

José Alberto Braunsperger

Diretor Legislativo

Senhor,

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Florianópolis, inscrita sob o CNPJ nº. 83.933.192/001-16, vem através deste, solicitar **CERTIDÃO** comprovando que esta instituição esta em condição regular para a manutenção de titularidade de utilidade pública estadual.

Certos de sermos atendidos agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

ARLETE DAS GRAÇAS TORRI

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 14/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 344/10

CLUBE DE CAÇA E TIRO ESPORTIVO E CULTURAL UNIÃO

Rua Augusto Viviani, 30, Itoupava Central - Blumenau SC

Blumenau, 24 de junho de 2010.

Ao Excelentíssimo Senhor

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de SC

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a seguir o Relatório Anual de Atividades CLUBE DE CAÇA E TIRO ESPORTIVO E CULTURAL UNIÃO, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, do exercício subsequente, para o devido controle e identificação do cumprimento do dispositivo no parágrafo único do Art. 3º, Inciso I, da Lei 14.182 de 01/11/2007.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Segue Abaixo o relatório de atividades dessa entidade em prol da comunidade, no que se refere aos últimos 12 (doze) meses de atuação.

DATA	ATIVIDADE
28/02/2009	Festa de Rei - Tiro ao Alvo
25/04/2009	Festa Rainha - Tiro ao Pássaro
27/06/2009	Festa de Rei - Tiro ao Alvo
29/08/2009	Festa Rainha - Tiro ao Pássaro
07/11/2009	Festa de Rei - Tiro ao Alvo
05/12/2009	Festa Rainha - Tiro ao Pássaro
02 a 06/2009	Participamos da Copa Fidélis de bocha juntamente com mais 10 equipes.
07 a 12/2009	Participamos do campeonato Municipal de bocha, das Olimpíadas das sociedades, em competições de caneco, canastra, bocha, cabo de guerra, e serrador de lenha. Participamos também em eventos da Oktoberfest.
01 a 12/2009	Todas as quartas temos na sede jogos de canastra. Nas sextas bocha e sinuca, sábados temos futebol (torneios futebol suíço, futebol de campo), truco, dominó e demais atividades.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,
ERVIN CRISTOFOLETTI
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 14/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 345/10

Fundação Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste

São Lourenço do Oeste, 7 de julho de 2010

Ilmo Sr.

DEPUTADO GELSON MERISIO

DD. Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina
Chefe da Secretaria da Comissão de Direitos ALESC - SC
Florianópolis - SC

Prezado Deputado:

A Fundação Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste, entidade privada, filantrópica, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 6.075, de 31 de maio de 1982, vem por meio desta, apresentar documentação referente a prestação de contas em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Lei nº 15.125 de janeiro de 2010 para apreciação.

Certos de atenção e compreensão quanto ao nosso pedido, aguardamos deferimento.

Atenciosamente,

DOMINGOS GAVA

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 14/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 346/10

ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA FILIADA A "OBA" ORGANIZAÇÃO DE BOMBEIROS AMERICANOS

Massaranduba, 18 de junho de 2010

A

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Conforme preconiza a Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010, encaminhamos anexo a seguinte documentação visando a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual:

- . Relatório de Atividades do Exercício 2009;
- . Balanço Patrimonial do Exercício 2009;
- . Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício 2009;
- . Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) 2009;
- . Balancete Contábil Exercício 2009;
- . Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- . Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Gerson Frederico da Costa
Tesoureiro

Lido no Expediente

Sessão de 14/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 347/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE INDAIAL

Indaial, 07 de julho de 2010

ILMA SR(A):

DUDA

CHEFE DE SECRETARIA DA COMISSÃO DE DIREITOS DA ALESC

Conforme correspondência (e-mail) recebido estamos entregando a Prestação de Contas da UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, sendo estes em anexo:

- I - relatório anual atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Sem mais para o momento, aceite o nosso afetuoso abraço.

Atenciosamente,

WILSON MARCIMIANO
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 14/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 348/10

AHM - ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MONDAÍ

Ofício nº 23/2010
Julho de 2010

Mondaí SC, 07 de

Ao

Palácio Barriga Verde

Coordenadoria de Expediente

FLORIANÓPOLIS - SC

Prezados Senhores,

Estamos enviando através deste às Vossas Senhorias a documentação conforme determina a Lei nº 15.125 de 19 de Janeiro de 2010, da Associação Hospitalar Mondaí.

Sendo o que tínhamos para o momento servimo-nos do presente para reiterar protestos de consideração e estima

Atenciosamente,

Sérgio Vergídio Kich
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 14/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 349/10

Instituto Catarinense de Conservação da Fauna e Flora - ICCO

Conhecer para Preservar

Of. 009/10

Balneário Camboriú, 08 de julho de 2010.

Ilmo Sr.

Presidente da Assembléia Legislativa

Deputado Estadual Gelson Merisio

Florianópolis - SC

O INSTITUTO CATARINENSE DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E FLORA - ICCO vem encaminhar o Controle e Identificação do cumprimento do disposto no art.1º da Lei de reconhecimento de Utilidade pública deste Instituto.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção.

Atenciosamente,

Luiz Henrique Gevaerd

Presidente

Instituto Catarinense da Fauna e Flora - ICCO

Lido no Expediente

Sessão de 14/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 350/10

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tangará - APAE

Of. Nº 09/10

Tangará, 08/07/2010

À Sra.

Duda.

Chefe de Secretaria da Comissão da ALESC

Santa Catarina

Assunto: Prestação de contas da Utilidade Pública Estadual.

Prezada senhora, junto ao prazer em cumprimentá-la, vimos por meio deste, encaminhar a documentação para a prestação de contas da Utilidade Pública Estadual sendo que a referida documentação é composta por:

- CNPJ
- Relatório de Atividades - 2009
- Demonstração Contábeis - 2009
- Atestado de funcionamento atualizado.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Vanderlei Valdair Stiehl

Presidente APAE

Lido no Expediente

Sessão de 14/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 351/10

Coepad - Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência

Of. Nº 0013/10

Florianópolis, 14 de julho de 2010.

Exmo. Senhor

Deputado Moacir Sopelsa

Primeiro Secretário
Senhor Secretário

A Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência (COEPAD), é uma entidade de cunho social, fundada em 2000, com objetivo de prestar atendimento ao portador de necessidades especiais.

Desde seu início a entidade preocupou-se em capacitar portadores de deficiência, inicialmente por meio de oficinas, mantendo os objetivos firmados em seus Estatutos Sociais.

Assim sendo, de acordo com ofício número 0013/2010, estamos enviando os documentos para análise do processo, sendo eles: **a Certidão de Registro, o Comprovante de Funcionamento expedido pelo CONEDE e o Balancete Contábil atualizado**, para a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual.

Ante o exposto, pedimos o deferimento do processo para que possamos dar continuidade ao Projeto de Educação Profissional "Preparação para o mercado de trabalho", solicitando sua aprovação do referido processo que beneficiará, inicialmente, 36 (trinta e seis) portadores de deficiência mental leve.

Atenciosamente,

Aldo Brito
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/07/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1041, de 14 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1423/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER ao servidor **ADO STEINER**, matrícula nº 1278, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 03 de julho de 2005 e 02 de julho de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1042, de 14 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **JANAINA DOS SANTOS PADILHA**, matrícula nº 5730, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de julho de 2010 (Gab Dep

Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1043, de 14 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LAERTE POLLA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1044, de 14 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GUILHERME D'AVILA HEIDENRECH VALENTE**, matrícula nº 4823, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-03, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de julho de 2010 (MD - 3ª Secretaria).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1045, de 14 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUIZ FERNANDO ZAPELINI ROCHA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-03, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 3ª Secretaria).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1046, de 14 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **IVALDO JOSE TONELLI**, matrícula nº 5267, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de julho de 2010 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1047, de 14 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA ALBERTINA SACHETI CEOLIN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1048, de 14 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Neila Fatima Karam	3761	3%	9%	01/07/10	1448/10
Reinhard Richter	0937	3%	36%	02/07/10	1449/10
Sergio Cassimiro de Oliveira	5334	3%	3%	01/07/10	1457/10
Celio Antonio	2152	3%	27%	15/05/10	1481/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1049, de 14 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Ibrantina Machado	2892	3%	15%	01/07/10	1419/10
Aneci Alfredo Finger	4459	3%	6%	01/07/10	1421/10
João Machado Pacheco Neto	2700	3%	27%	01/07/10	1422/10
Marcia Ditttrich Tosetto	1469	3%	33%	03/07/10	1446/10
Rene Angelo Schulz	5551	3%	3%	01/07/10	1447/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1050, de 14 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1322/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento à servidora **SINARA REGINA LANDT**, matrícula nº 4365, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 6% (seis por cento), a contar de 23 de junho de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1051, de 14 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PREMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1359	Antonio Carlos Morro	01/07/05	30/06/10	1478/10
2168	Maria Stella Perito Souza	01/07/05	30/06/10	1426/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI 239/10

Declara de utilidade pública a Liga Navegantina de Esportes, com sede no município de Navegantes/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Liga Navegantina de Esportes, com sede no município de Navegantes/SC.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Renato Hinnig

Lido no Expediente

Sessão de 14/07/10

Justificativa

Trata-se de entidade com relevantes trabalhos sociais e esportivos no município de Navegantes/SC, promovendo ações voltadas ao fomento do esporte regional.

Declarada de Utilidade Pública Municipal em 11/06/2010, vem requerer a declaração a nível estadual, para que possa usufruir das benesses outorgadas a entidades e instituídas por Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 240/10

Altera a Lei nº 1.326, de 12 de julho de 1955, que declara de utilidade pública a Congregação das Irmãs Franciscanas de São José.

Art. 1º A Lei nº 1.326, de 12 de julho de 1955, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação das Irmãs Franciscanas de São José.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação das Irmãs Franciscanas de São José, com sede no Município de São José.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Romildo Titon

*** X X X ***